

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MEDEIROS, Francisco Fausto Paula de . Francisco Fausto (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Francisco Fausto
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Natal - RN - Brasil;

Data: 15/09/2005

Duração: 3h 0min

Fita cassete: 3;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da justiça do trabalho", parte integrante do projeto Pronex "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2004 a 2006. A escolha do entrevistado se justificou, entre outras coisas, por sua atuação como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Temas: Carreira acadêmica; Constituição federal (1988); Direito; Direitos humanos; Direitos trabalhistas; Ditadura; Eleições presidenciais; Escravidão; Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Hélder Câmara (Dom); Infância; Justiça do trabalho; Mão de obra; Obras de referência; Pernambuco; Política internacional; Reforma judiciária; Região Nordeste; Rio Grande do Norte; Sindicatos de trabalhadores; Tribunal Superior do Trabalho; Vida cotidiana;

Sumário

Entrevista: 15.09.2005

Fita 1-A: Breve caracterização de sua cidade natal (Areia Branca, RN) e de sua infância na mesma; ocupação profissional de seu pai; aspectos pessoais da vida de alguns de seus irmãos; a importância da convivência com seu tio-avô Rubira para a escolha da carreira de juiz do trabalho; a saída de Areia Branca e a ida para Natal, onde estudou dois anos; a transferência para Mossoró (1951) e o Curso Técnico de Contabilidade; o retorno a Natal a convite de Tarcísio Vasconcelos Maia (Secretário de Educação do governador Dinarte Mariz); a formação em Direito na UFRN; a atuação como juiz substituto na cidade de Escada (PE); a dificuldade de atuação da Justiça do Trabalho no Nordeste; o elogio de Dom Helder Câmara ao seu desempenho como juiz; o exercício da presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal (1968); a forma como ingressou na Justiça do Trabalho; a promoção, por merecimento, para o TRT de Recife (1978); a diferença da Justiça do Trabalho da época de seu ingresso para a Justiça do Trabalho vigente nos dias atuais; o perfil do TRT da 6ª Região na época de sua atuação neste tribunal; a entrada no TST(1989); opinião acerca do veto ao ingresso de Roberto Santos (PA) no TST.

Fita 1-B: Os procedimentos e critérios de convocação de ministros do TST; opinião acerca da realização de eleições para a presidência do TST; a importância da Escola Nacional de Magistratura; a relevância, para o juiz do trabalho, de conhecer a realidade nacional; a jurisprudência defendida na época em que atuava no TRT da 6ª Região (PE); a criação da tabela de tarefas e a melhoria das condições de trabalho na zona rural pernambucana; a reação dos patrões em relação a tabela de tarefas de Pernambuco; a resistência do TST em relação a inovações nas jurisprudências trabalhistas; o impacto da Constituição de 1988 no TST; a tendência do STF de abarcar cada vez mais competências; a questão dos precatórios na Justiça do Trabalho.

Fita 2-A: A posição do TST e do STF em relação ao problema dos precatórios; opinião acerca da implementação da penhora "on-line"; a rígida jurisprudência do TST; a mudança de caráter jurisprudencial do TST à época de sua presidência (2002-2004) e a realização da chamada "Semana do Tribunal"; a experiência como corregedor do TST (2000-2001), a feitura de cartilhas contendo as demandas da Justiça do Trabalho para a Reforma do Judiciário; posicionamento diante da questão do poder normativo e do dissídio coletivo; a denúncia da falta de regulamentação das Comissões de Conciliação Prévia; o debate sobre as cooperativas de trabalho; o combate à flexibilização dos direitos trabalhistas; os congressos promovidos durante seu mandato na presidência do TST.

Fita 2-B: O envolvimento, a partir de 2001, com o movimento de combate ao trabalho escravo no Brasil; o destaque a atuação do ministro Lélcio Bentes na área de Direitos Humanos junto à OIT e ao TST; menção acerca do recebimento do Prêmio Direitos Humanos 2003; a participação do Ministério do Trabalho no combate ao trabalho escravo; o projeto de varas de trabalho itinerantes; a defesa da prerrogativa penal para os juizes do trabalho no momento da constatação da existência de trabalho escravo em determinado local; opinião acerca do confisco de terras daqueles proprietários acusados de utilização de

mão-de-obra escrava; avaliação do andamento do combate ao trabalho escravo no Brasil; a questão do trabalho infantil no nordeste brasileiro; a ameaça à extinção da Justiça do Trabalho como fator propulsor para mudanças.

Fita 3-A: A ameaça à extinção da Justiça do Trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso; a situação da Justiça do Trabalho no governo Lula; opinião acerca da adoção, no governo FHC, do contrato temporário e do banco de horas; o fortalecimento da Justiça do Trabalho e o seu aumento de competência; a perseguição aos magistrados do trabalho na época da ditadura militar; opinião acerca da proposta de reforma sindical; a importância dos sindicatos na conformação da política nacional; a impossibilidade, no Brasil, do Direito do Trabalho ser baseado na negociação; comentários sobre o poder de arrecadação da Justiça do Trabalho; a forma como se inspirou para escrever o livro "Viva Getúlio"; os assuntos abordados na obra.

Fita 3-B: A repercussão do livro "Viva Getúlio"; menção acerca da entrada na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras; um breve panorama de sua primeira obra, *O vinho negro da paixão*.

Entrevista: 15.09.2005

Elina Pessanha – Hoje é dia quinze, quinze de setembro de 2005, nós estamos aqui em Natal, no escritório e casa do Dr. Francisco Fausto que foi presidente do TST até recentemente, para realizar a entrevista com ele. Estamos aqui, Regina Moraes Morel e eu, Elina Pessanha. Dr. Fausto, eu gostaria que o senhor começasse dizendo seu nome completo, que eu não sei se o seu nome todo é Francisco Fausto, não é, e depois que o senhor dissesse, por favor, sua data de nascimento, local de nascimento, e falasse um pouco de sua família, de sua infância.

Francisco Medeiros – Certo, está certo.

E.P – Por favor.

F.M - Olha, meu nome todo é Francisco Fausto Paula de Medeiros, quase alexandrino não é. Um nome longo, nome muito longo. Na verdade, eu nasci numa cidade no interior do Rio Grande do Norte, no litoral, cidade de Areia Branca. É uma cidade de salinas, cidade de muito sal e com uma atividade portuária muito intensa por conta disso. Porque nós somos, Areia Branca foi, em determinado momento, o sexto porto do Brasil em exportação, e em volume de exportação, que era o sal. O sal era exportado a granel, não é. Então, durante muito tempo da minha infância eu me acostumei com os trabalhadores do mar, com a vida dos trabalhadores do mar. Sempre me habituei a vê-los, seja estivadores, seja calafates, o povo todo, [INAUDÍVEL] as pessoas que chegavam em Areia Branca de navios e, desembarcavam, assistiam a missa conosco, não é, participavam da cidade. Era uma cidade interessante por isso, uma pequena cidade, eu não sei bem dizer, hoje talvez com vinte, trinta mil habitantes, no máximo é isso, não é. É que eu tive uma infância muito prosaica, uma infância sem muito, sem muitos lances, como têm as crianças da cidade grande [INAUDÍVEL] cidade pequena.

E.P – Família Grande?

F.M - Família muito grande. Meu pai era farmacêutico, ele na verdade queria se formar em Direito. Mas ele era filho do coronel Fausto, que era chefe político na cidade, e isso gritou. O

coronel Fausto disse a ele “Não, você não vai se formar em direito, você vai se formar em farmácia, [INAUDÍVEL]”. Diferença, não é. Mas ele se formou em farmácia como o coronel mandou. Ele então se formou na faculdade de farmácia do [DEBI]¹, em Recife, não é. Foi lá que ele se formou. Ele conta alguns episódios interessantes do tempo que ele morava no Recife, e eu gostaria de registrar rapidamente. Primeiro, ele estava em Recife quando Lampião invadiu a cidade de Mossoró, em 1927, e ele ficou muito preocupado com o pai dele, que morava em Areia Branca, que era o coronel Fausto, era pai de criação, que ele nasceu e foi para casa do coronel Fausto. E ficou muito preocupado. E ele acompanhou aquilo tudo com notícia de Areia Branca, notícia de Mossoró etc. Foi o primeiro fato. O segundo fato, que ele me conta em Recife, é da Revolução de 1930. Ele morava numa daquelas casas, daquela rua, como é o nome daquela rua? Da Aurora.

Regina Morel – Rua da Aurora.

F.M - Que só tem um lado, não é? Ele morava num casarão daquele, na Rua da Aurora, era uma pensão, de um estudante, de vários estudantes, de Rio Grande do Norte, do Ceará, de Alagoas etc., muita gente. E quando [INAUDÍVEL] um dia, a dona da pensão acordou e disse: “Está havendo um movimento militar nas ruas”. Era a Revolução de 1930. E ela proibiu que todos saíssem, ninguém podia sair. Eles ficaram olhando lá de cima. Ficaram muito admirados com aquela movimentação, as pessoas passavam os soldados seguravam, chamavam e entregavam um fuzil, você tinha que sair com um fuzil, tinha que atirar ou morrer. Esses dois fatos que ele me contava. Então ele veio para Areia Branca, em Areia Branca ele montou a farmácia, não é, montou a farmácia, casou com minha mãe eu me lembro que data mais não, não lembro mais a data, mas o fato é que ele teve doze filhos.

E.P – Doze?

1F.M - São doze filhos, eu sou o segundo. Estamos todos vivos ainda hoje.

R.M – É? Que maravilha, não é?

¹ Não foi encontrada nenhuma referência a esta sigla.

F.M - Estamos todos vivos.

R.M – Beleza.

F.M - A minha irmã mais velha ficou viúva agora, a uns quinze dias. Ela era casada com um jornalista de São Paulo, o Dorian Jorge Freire, que foi redator chefe da "Última Hora" de São Paulo, trabalhou muito naquela época e na Revolução de 64 foi perseguido, como todo o pessoal que trabalhava na imprensa mais tida como de esquerda e veio embora para cá. Tomava conta... Ele editava um jornal com Freire Alsafá, que era o jornal "Brasil Urgente", não é. E esteve preso, aquela coisa toda, quando passou tudo ele veio para o Rio Grande do Norte, mas aí ele teve sérios problemas de saúde, dois enfartes, dois AVCs, essas coisas todas, e era um homem que ainda escrevia, tinha a cabeça muito boa, mas escrevia. E os outros irmãos moram, grande parte, em Mossoró, outros aqui em Natal, uma irmã que mora em São Luiz do Maranhão, não é. O detalhe mais importante da minha vida é que eu... É que desde aquela época eu via meu tio Rubira, que morava em Mossoró, meu tio-avô Rubira, casado, morava em Mossoró, e que ia para Areia Branca para advogar, fazer questões, advogar questões trabalhistas, dos trabalhadores do mar, dos barcaceiros, não é, do pessoal do embarque. Ele fazia, ele advogava aquele povo todo, e eu acompanhava aquilo, ele se hospedava em minha casa, eu acompanhava aquilo, ele falava sobre questões trabalhistas para o meu pai, que está havendo isso. Eu ficava ouvindo aquilo muito menino ainda e achava interessante aquilo tudo, sem entender muito o que se passava. Aquilo... Minha família... Se eu for um pouco mais para trás, o meu avô mesmo, porque o Francisco Fausto era avô porque era pai de criação do meu pai, mas o meu avô mesmo, biológico, era André Corcino de Medeiros, era um marinheiro, era um marinheiro, ele com quinze anos, morava na cidade de Macau, fugiu de casa, embarcou em um navio, foi embora, rodou o mundo todo, voltou foi para Areia Branca, não é. Em Areia Branca ele na época era prático, chegou a prático, na barragem de Mossoró. E como prático, não é, aconteceu uma coisa interessante com ele. Os barcos, o pessoal das barcaças queria aumento de salário e as empresas marítimas negavam aumento de salário para o pessoal da barcaça. Então, o pessoal se reunia, eu conto isso no meu livro de "Viva Getúlio", eu conto esse fato. O pessoal se reunia e não tinha como ter coragem para enfrentar as empresas marítimas não é, ficavam todos com medo, com receio. E ele soube disso e mandou um recado, que fossem na casa dele. O pessoal chegou ele estava

jantando, e resultado: ele liderou a greve. Liderou a greve, fez uma greve enorme, e lá uma confusão muito grande, chegou, quando chegou a notícia muito... Ninguém acreditava que ele, que ele tivesse coragem de liderar essa greve, porque ele era apaixonado por minha avó Ana que era filha de uma família rica, a filha do senhor da terra, não é. Então ninguém acreditava. "Como é que um senhor da terra vai se meter nessa história? Isso é coisa de desordeiro inglês". Na época greve era coisa de desordeiro inglês [INAUDÍVEL] ninguém queria saber disso. Mas o fato é que ele liderou. Quando chegou a notícia de que os trabalhadores de Macau iriam ser chamados para substituir o pessoal que não queria trabalhar. Aí é que a confusão foi grande, ele tirou leme de barçaça, tirou tudo, fez uma confusão terrível. Mas chegou a notícia finalmente que os trabalhadores de Macau estavam solidários com os trabalhadores do mar de Areia Branca. Aí ele venceu, aquela coisa, desfilou naquele dia, cabeça erguida, e foi pedir a mão de minha avó com quem ele nunca tinha trocado uma palavra [risos]. Pediu e se casaram, não é, e eles se casaram. Essas coisas todas eu sabia de Areia Branca, toda essa, esse era o clima, não é, na minha cidade. Com dez, onze anos, eu saí de Areia Branca. Porque Areia Branca só tinha curso primário. E vim estudar aqui em Natal, no "Ateneu Norte-rio-grandense". Estudar, fiz o exame de admissão na época, não é, fui admitido no Ateneu, fiquei estudando durante dois anos.

R.M- Ficou interno?

F.M - Não, fiquei em casa de um tio que também era prático, da praticagem de Natal. Um tio, meu tio Medeiros. Aí meu pai com doze, com esses filhos todos e um homem pobre, nunca teve uma casa própria na cidade de Areia Branca. Criar doze filhos não era coisa fácil não é, só tinha uma coisa muito boa lá em casa, era a mesa, a mesa das refeições porque o povo do interior, classe média interiorana, ainda come muito bem, ainda come muitos, lá privilegia isso, a refeição. Se sacrifica com relação à roupa, se sacrifica com relação a outros prazeres, mas a refeição não, refeição é a coisa sagrada, isso tinha. Eu vim para cá, passei dois anos aqui, até 1951, quando retornei 1950, eu passei até o ano de 1950, 1951 eu retornei à Mossoró. Fui para Mossoró porque meu avô comprou uma casa, botou minha avó lá dentro para receber os netos que quisessem estudar. Aí eu achei aquilo uma beleza, cheio de primo dentro de casa, eu vou embora agora. Terminei, lá eu terminei o curso ginásial não tinha curso clássico científico em Mossoró, então eu fiz um curso de técnico de contabilidade. Não

me peçam para fazer nada de contabilidade que eu não sei. Eu queria o diploma para ingressar na faculdade de Direito.

E.P - Já estava resolvido por Direito?

F.M - Estava resolvido por Direito. Eu tinha de entrar na faculdade de Direito e o diploma de técnico de contabilidade me permitiria isso porque não há lei nesse sentido. Então, com esse curso, com esse diploma, eu fiquei meio atrapalhado, quando chegou na época de eu vir estudar Natal estaria, a faculdade de direito de Natal ia funcionar no seu segundo ano. Quando chegou a época meu pai disse “ Eu não tenho condições de mandar você para lá”. Então, eu encontrei com uma pessoa lá em Natal com quem eu, em Mossoró, com quem eu já trabalhava em jornal, trabalhei no jornal e ela era o superintendente, que era o Dr. Tarcísio Maia, Tarcísio de Vasconcelos Maia. Dr. Tarcísio foi convidado para o governo, para secretário de educação do governo de Dinarte Maris e viajou, me convidou e eu vim com ele. Então assim eu pude terminar meu curso. Tarcísio Maia é o pai do senador José Agripino que hoje está no senado, não é, como líder do PFL, inclusive de oposição.

E.P - Do PFL.

F.M - Do PFL. Era o pai dele, foi meu padrinho de casamento, foi quem pediu minha mulher em casamento eu não tinha coragem, na época, porque a gente não tinha, tinha de pedir, não é. Hoje não tem mais disso não, ninguém me pediu minhas filhas em casamento [risos]. Mas eu tive de pedir minha mulher. E aí eu com vergonha de ir foi Tarcísio Maia que é o pai de José Agripino foi e pediu. Pediu, na época ele era secretário. Minha atual mulher era filha de Djalma Marinho, que foi deputado federal, participou daquele movimento de 1968, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça, fez um discurso contra a cassação do Márcio Moreira Alves, renunciou à Comissão, essas coisas todas. Ele [INAUDÍVEL] um grande advogado aqui do Rio Grande do Norte. Mas o fato é que, vindo para Natal, aqui comecei a estudar Direito, me formei em Direito aqui, e então ingressando na Justiça do Trabalho eu fui convocado algumas vezes no Recife. O tribunal do Recife é um tribunal pequeno, eu não estou bem certo, acho que eram nove, nove [INAUDÍVEL] na época, nove... Eu fui convocado pelo tribunal para trabalhar no interior de Pernambuco como juiz de junta,

sendo eu substituto, não é, eu fui trabalhar como juiz de junta no interior de Pernambuco. E foi...

E.P - Em que ano foi?

F.M - Eu fui em 1964, exatamente.

E.P - 1964?

F.M - Em abril de 1964. Então me mandaram para cidade de Escada. A cidade de Escada ficava, fica, fica a, fica a uns quarenta e poucos quilômetros do Recife, quarenta e dois ou quarenta e três quilômetros do Recife. Eu fui para cidade de Escada ser juiz. E cheguei lá, para fazer audiência e a Junta funcionava na sede do SESI, SESI ou SESC, nem sei, acho que era SESI. E eu fui para lá. Era a audiência começava de manhã e ia até de tarde, era uma por semana, ia de manhã até de tarde, vários processos. A gente saía para almoçar e voltava pra continuar a audiência. Aí quando eu cheguei lá me sentei às oito e meia, estava marcado às oito e meia, me sentei, e, feito o pregão, apareceu a empregada grávida, e o empregador não apareceu nem o preposto, não apareceu ninguém. Aí eu fiz o que tinha que, fazia aqui em Natal, espera cinco minutos. Cinco minutos depois de novo fiz o pregão, não veio o empregador. Aí eu simplesmente disse "Revelia, está julgado à revelia". Quando eu disse isso o vogal do empregado protestou. Porque era preposto, era empregado do dono da usina, era gerente da usina, [INAUDÍVEL] dos empregados. "Não pode dr. juiz, nunca houve isso aqui". Eu disse "Nunca houve o que?". "Nunca houve". Eu disse "Mas eu não estou sabendo, eu não estou sabendo". "Mas eu vou mandar chamar o advogado". "Pode mandar, mas para outros processos, porque esse está julgado à revelia. E chama outro, chama outro imediatamente". Eu julguei uns três ou quatro processos, à revelia todos eles, antes de chegar o advogado da empresa "Mas dr. juiz, nunca houve aqui...". "Minha filha eu não sei o que é que nunca houve aqui, eu não sei, não sei dos hábitos daqui. Eu sei o que a lei manda que se faça e estou fazendo o que a lei manda". E esse episódio é muito interessante. E o fato é que quando terminou...

E.P - Quer dizer eles nem iam? Eles não iam porque tinham certeza que o juiz não ia julgar?

F.M - Não julgaria, não julgaria. Aí, o fato é o seguinte, à tardinha eu recebi a visita de vários presidentes de sindicatos. Sindicato principal da região e vários outros. E que me procuraram “Doutor juiz nós viemos aqui porque soubemos que o senhor está julgando os processos mesmo sem a presença do empregador”, fez aquele barulho e tal, “...e nós queríamos um apoio do senhor, que o senhor executasse as sentenças que nós temos aí, algumas sentenças favoráveis”. Eu disse “Mas que sentenças?”. “São vários processos”. “E onde é que estão esses processos?”. “Ah, o juiz é que sabe”. Eu chamei o diretor. “O que é que está havendo? Que processos são esses?” Ele disse “Ah, está lá na gaveta do juiz, ali olha”, aquele [INAUDÍVEL] que tem aquelas gavetonas enormes, não é. Aí eu disse “Arromba a gaveta e me dá o processo”. O que eu tinha quando, esqueci de dizer isso, quando eu cheguei em Recife, para ir para Escada, o presidente do Tribunal que era Eurico Chaves me disse isso “O senhor tem carta branca”. Eu fiquei assombrado. O que é isso? A carta branca era essa, depois eu verifiquei, não é. Então, arrombaram, estava lá várias petições do sindicato pedindo execução. E eu disse “Mas por que é que o senhor não reclamou isso antes? Nunca reclamou, nunca fez nada.” Aí ele olhou para mim “ Dr. Juiz, eu vou lhe dizer, o meu antecessor na presidência do sindicato, segundo laudo da polícia, se matou com 25 facadas.” Aí eu entendi a situação de lá, não é. Se entendi a situação de lá, era muito difícil, muito difícil. No começo do movimento revolucionário aqui no Nordeste tudo foi muito difícil sobretudo para a Justiça do Trabalho. Alguns juízes de Pernambuco foram presos, com a acusação, qual era? Que julgavam a favor do empregado, julgavam muito a favor, muito, botaram muito, não é, julgavam muito a favor do empregado. Alguns juízes foram presos, entre eles meu grande amigo Alfredo Duarte Neto, que para mim foi um dos melhores juízes que eu conheci, apesar de ser um boêmio, foi um dos melhores juízes que eu conhecia. Um juiz, poeta, crítico cinematográfico, um homem de grande cultura. E teve preso, foi preso mesmo, a acusação era essa. Por que preso? Porque julgava muito em favor do empregado. Logo depois soltaram, depois soltaram. Bom, eu tive de fazer a execução, mandei fazer a execução na Usina Central Barreiros, o processo da Usina Central Barreiros, uma usina que fica no limite com o estado de Alagoas. O oficial de justiça foi lá botaram para trás com arma de fogo, não permitiram que ele entrasse. Eu mandei então que ele penhorasse toda a usina, vai lá no cartório e registre a penhora de toda a usina. É, todas as terras da usina. Ele foi lá, fez isso, aí começou a confusão. O comandante do quarto exército falando com o presidente

do tribunal, o presidente do tribunal disse que não pode fazer nada, que é isso mesmo, ele perdeu tem que pagar, aquela coisa toda. Finalmente me tiraram de lá [risos].

E.P - Conseguiu.

F.M - Mas não, não antes de eu receber um belíssimo elogio de Dom Helder Câmara, pela televisão.

E.P - Ah, que bom...

F.M - Dom Helder Câmara foi para televisão e me fez um belíssimo elogio.

E.P - Ai que beleza...

F.M - De maneira que gostei muito e é uma das coisas que eu guardo com muito carinho, uma lembrança que eu guardo com muito carinho. Porque ele dizia o seguinte, agora o pessoal de Pernambuco, da Zona da Mata de Pernambuco, tem um juiz, não é. Mas na verdade eu era apenas um juiz substituto, meu poder era muito relativo, não é, era muito relativo. Mas na época a gente fazia assim, [INAUDÍVEL] foi isso que me deu um senso muito grande do que é a justiça do trabalho e do que deve ser, ou do que deve ser sempre, função do juiz do trabalho.

E.P - Dr. Fausto, vamos ter que voltar um pouquinho atrás. Pelo seguinte, primeiro, a sua escolha pelo Direito do Trabalho, na verdade a sua escolha pelo Direito, tem muito a ver então com esse tio, não é?

F.M - Sim, eu tinha essa visão toda...

E.P - Quer dizer, era o Direito e já era o Direito do Trabalho desde o início era sua opção?

F.M - É sim, essa visão que eu tinha de Areia Branca, das questões trabalhistas que meu avô, meu tio-avô falava. Meu pai também era... Meu pai era subgerente de uma empresa inglesa,

Wilson Sons, que hoje só existe, acabou em Areia Branca, existe em Santos, ele era subgerente, então ele me falava muito sobre estas questões todas, ele dizia, sempre conversava, meu pai era um homem muito aberto. Ele conversava muito comigo, eu muito menino e ele conversava muito comigo e foi ele que me, aos onze anos, dez anos, onze anos de idade mandou que eu lesse todos os livros de Machado de Assis e eu li. Ele tinha uma coleção de Machado de Assis vendido pela Jackson. Naquela época o vendedor da Jackson visitava as cidades do interior e passava em Areia Branca e vendia coleções, e vendeu a de Machado de Assis ao meu pai. Vendeu depois a de Vieira etc. Digamos assim que eu lia porque ele mandava que eu lesse, [INAUDÍVEL] muito comigo, e sempre me abria muito os olhos. Eu achei aquilo extraordinário, o direito do trabalho. Tanto assim que meu sogro, em 1974, Djalma Marinho, ele perdeu a campanha para o senado, ele era candidato a senador e perdeu, e abriu um escritório de advocacia em Brasília. Escritório até muito próspero, porque naquela época se vendia bancos, ele aí se especializou nisso, viajava muito para o exterior vendendo banco, fazendo aquelas coisas e me convidou para o escritório e eu não quis ir, porque eu tinha um amor enorme pela justiça do trabalho, não é, não quis deixar a Justiça do Trabalho, achava aquilo extraordinário, a Justiça do Trabalho. Bom, fiquei aqui, aqui na presidência da Junta, o anterior era o Dr. Alvamar Furtado que morreu há pouco tempo.

E.P - Como era o nome dele?

F.M - Alvamar Furtado.

E.P - Alvamar?

F.M - Alvamar Furtado. Ele era o presidente da Junta que eu substituí. Ele foi promovido para Recife, para o Tribunal, e eu entrei na vaga dele aqui, na Junta. Era um homem extraordinário também, que eu gostava, eu gostava muito dele. Um pouco elitista mas era diferente, ele pensava de maneira diferente, mas um homem muito sério, muito honesto, muito honrado, não é, muito honrado, era um exemplo a seguir, um exemplo a seguir. Antes dele foi o... esqueci agora, daqui a pouco eu me lembro o nome dele, que foi também um homem extraordinário. Bom...

E.P - E na verdade o Rio Grande do Norte então nessa ocasião fazia parte da região de Pernambuco?

F.M - De Pernambuco. Só tinha uma junta em Natal, eu era um... eu era presidente dessa Junta. Só tinha essa junta no Rio Grande do Norte todinho, em todo o estado. Então em 19...

E.P - O senhor faz concurso ainda como juiz pela região de Pernambuco?

F.M - O meu ingresso?

E.P - É.

F.M - Foi na região de Pernambuco, na região de Pernambuco. E chegando em Pernambuco, depois dessas coisas todas, um dia, em 1978...

E.P - O seu concurso [INAUDÍVEL]

F.M - Não, espera aí, esse que é o detalhe interessante. Eu não fiz concurso para a Justiça do Trabalho, eu era suplente de juiz do trabalho. E foi... Eu estava inscrito em um concurso de juiz do trabalho em Pernambuco, estava tudo certo para o concurso, quando saiu um decreto do tempo de Castelo Branco, e com ele, através dele, eu ingressei na Justiça do Trabalho.

E.P - Porque era suplente.

F.M - É, porque era suplente reconduzido. Então fiquei...

E.P - Era suplente enquanto advogado?

F.M - Enquanto advogado, exatamente. Mas toda... Mas abandonei a advocacia, porque como suplente não tinha juiz substituto aqui, nem em Pernambuco, e eu vivia no interior de Pernambuco...

E.P - Tinha muito trabalho?

F.M - Tinha trabalho demais, nunca deixei de ser juiz, não é. Eu fui juiz em Jaboatão, juiz em Escada, juiz no próprio Recife, em Natal, em Mossoró. Mas é que eu não tinha como... Não deixei, não abandonei a Justiça do Trabalho. Bom, quando foi em 1968, em 78 aliás, 1978, é que eu fui incluído em uma lista tríplice para o Tribunal do Recife. Era [INAUDÍVEL] em segundo lugar nesta lista tríplice de merecimento.

E.P - E o senhor sempre, nós vimos, sempre foi promovido por merecimento.

F.M - Por merecimento, somente por merecimento.

E.P - A quê que o senhor atribui isso?

F.M - Olha, eu posso...

E.P - Deixando a modéstia de lado.

F.M - Não, eu não vou, eu não vou dizer exatamente nada que... Mas eu acho apenas o seguinte, é que eu sempre procurei exercer meu papel de juiz do trabalho, e sempre tive uma consciência muito grande do que é ser juiz do trabalho, sempre tive. Eu diria que, não vou dizer que é uma tendência atávica, não chega a ser isso, mas que é uma tendência muito forte em mim, no meu espírito, é. É, muito forte, muito forte, porque eu sempre gostei das questões sociais, de lidar com as questões sociais, e a Justiça do Trabalho me abria essa perspectiva. Agora veja outra coisa importantíssima, porque eu ingresso, porque eu ingresso na Justiça do Trabalho e porque minha dedicação. É que na minha época, em 1961, quando eu ingressei, a justiça, o Direito do Trabalho ainda era um direito mais pretoriano do que legalizado, do que codificado, muito mais, apesar de CLT, mas muito mais pretoriano. O juiz construía o Direito do Trabalho através de suas sentenças, o juiz é que construía o Direito do Trabalho. E eu participei disso, participava disso e achava isso extraordinário, não é. Você proferir decisões, enfrentando sem um paradigma, hoje nós temos é... orientações jurisprudenciais do TST, além de inúmeros enunciados do TST, hoje nós temos tudo. Mas na época, nós não tínhamos

nada disso, na época eu estava aqui em Natal e não tinha nem com quem conversar, não tinha um juiz também, outro juiz do trabalho, só eu, para conversar. Então para mim aquilo era extraordinário, abria-se para mim um horizonte enorme. E eu constru... ajudei também, creio, a construir esse Direito do Trabalho pretoriano. Tipicamente pretoriano. Várias decisões, algumas decisões que eram criticadas, eu não tinha com quem conversar, será que eu estou agindo certo? Eu tive, por exemplo, uma questão muito grande aqui em Natal com um juiz, uma questão da Loja Quatro e quatrocentos, Lojas Brasileiras, não é. Na época era Quatro e quatrocentos, Lojas Brasileiras. Era uma moça que foi flagrada escrevendo uns versos, uma mocinha, e o patrão imediatamente demitiu, porque ela estava escrevendo aqueles versos. Em uma hora de folga ela estava escrevendo os versos, foi embora. Então ela reclamou o direito dela na Justiça do Trabalho, e eu era o juiz. Fui julgar e no final eu fiz uma sentença que eu dizia o seguinte, que a muitos, muitos anos atrás um pasteleiro de Viena foi flagrado escrevendo versos e sumariamente demitido. Esse pasteleiro era J. Strauss, e os versos eram Danúbio Azul, estava compondo. Eu disse "A diferença para essa moça é que os versos dela são infames, horríveis os versos dela, não é. Então, já que ela não dá para poeta, deixe que ela continue como comerciária". Eu digo exatamente isso na sentença [risos]. O advogado da Quatro e quatrocentos ficou louco, e aí recorreu para Recife, e quem julgou foi exatamente o Alfredo Duarte, que eu falei há pouco tempo, que era um grande juiz, um grande poeta, um grande crítico.

E.P - E confirmou sua sentença?

F.M - Ele confirmou apenas fazendo um reparo. Ele diz: "O juiz está dizendo que os versos são péssimos, mas vamos, vamos abrir um parêntese para dizer: os versos são de Roberto Carlos "o dedão do meu pé tenho até..."[risos]. E a sentença foi confirmada, foi confirmada e veio para cá. Mas isso se tornou antológico lá para o tribunal do Recife. Essas coisas todas iam me dando uma boa posição dentro do tribunal, não é, sempre tive, com isso, uma boa posição. Além do mais, a minha cultura é mais humanística do que mesmo jurídica, eu tenho uma cultura muito mais humanística, como eu disse, eu li muito cedo Machado de Assis, li Vieira, eu li toda essa gente e tinha uma cultura muito mais humanística do que mesmo jurídica, e preservo isso com muito carinho.

E.P - Mas isso podia ter pesado contra, não?

F.M - Exatamente, mas acontece que eu usei isso para fazer minha carr...para fazer a minha jurisprudência[risos]. Para fazer a minha jurisprudência, como eu disse, em uma época em que a gente inventava o Direito, e o Direito era pretoriano, não é, nessa época. Bom, coisas assim, isso tudo...

R.M - Isso tudo está escrito no livro "Viva Getúlio"?

F.M - Esses fatos, alguns desses fatos eu conto no livro, eu conto nesse livro "Viva Getúlio" tudo isso. Mas é... A gente...Eu tenho um carinho todo especial pela Justiça do Trabalho. Não é o fato de eu ter sido presidente do TST, não. Mesmo aqui na Junta eu tinha esse carinho todo, eu procurava estudar muito, eu lia muito, eu comprava muito livro do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Livraria dos Advogados de São Paulo, perdão, é a Livraria dos Advogados em São Paulo, eu mandava buscar muito livro, tudo que eu queria, toda aquela coisa. Uma biblioteca que quando eu fui para Brasília infelizmente deixei aqui e ela se destruiu, porque, porque deu cupim aqui. Deu cupim, destruíram tudo foi uma... eu fiquei morto, arrasado com isso, salvei poucas coisas, muitas delas hoje estão com meu filho que é juiz do trabalho em Brasília.

E.P - [INAUDÍVEL]

F.M - É, Brasília, passei tudo para ele. Mas assim, em Recife, o que é que eu via no tribunal do Recife? O tribunal do Recife era um tribunal, eu vou dizer isso, vocês vão colocar, mas é verdade mesmo, o tribunal do Recife era um tribunal de empregadores. Por que? Todo mundo que você dizia, fulano de tal é juiz, é senhor de engenho; fulano de tal, é filho de senhor de engenho; fulano de tal, é senhor de engenho; fulano de tal, é fazendeiro. Eram tudo da zona rural, da área rural, empregadores rurais praticamente todos eles. Com raríssimas exceções, uma delas Alfredo Duarte, que eu sempre cito. Alfredo Duarte uma rara exceção e um ou dois mais. Mas o resto era assim, isso no tempo, durante todo o tempo da existência do tribunal do Recife, não é, durante todo o tempo da existência do tribunal do Recife. Então, quando eu cheguei lá me aliei a Duarte, que tinha esse pensamento mais social, não é. Olhava mais para

essa parte social do Direito e tal, e se empenhava muito nisso. Como Duarte se empenhava muito nisso, eu me aliei fortemente a ele, aliei fortemente, e nós passamos a construir uma jurisprudência social muito forte. Nós... Eu me lembro que durante muito tempo eu procurei um espelho para mim, a jurisprudência que me interessava era a jurisprudência do tribunal do Pará, que através de Roberto Santos na época tinha uma liderança forte lá dentro, ele produzia uma boa, um direito muito compatível com a função do juiz do trabalho.

R.M - Nós vamos entrevistá-lo [INAUDÍVEL].

F.M - É, não é? Eu acho ele extraordinário, acho para mim ele extraordinário, e digo mais uma coisa, eu estou adiantando um pouco. Eu vou fazer uma, eu digo isso no meu livro e estou fazendo de novo. É uma dissertação alefiana, não é, o Alef de Borges, não é, eu vou lá e volto, é mais alefiana. Digo mais uma coisa, eu entrei em uma lista de merecimentos do Tribunal Superior do Trabalho. Éramos seis juizes para ocupar quatro vagas, aquela lista que tem fulano de tal, fulano e fulano, na outra lista o remanescente mais fulano, e assim por diante. Eram seis, entraram seis, um de São Paulo, um de Brasília, um de Minas Gerais, um de Pernambuco, que era eu, um do Pará e um da Bahia. Eram seis. Dois ficaram, não foram nomeados, não foram nomeados o de Brasília e Roberto Santos. Eu vou lhe dizer, Roberto Santos era o melhor de todos nós. Ele não foi nomeado por motivos ideológicos, políticos ideológicos. O melhor de todos nós era o Roberto Santos, não tinha nenhuma dúvida quanto a isso. Ainda continuo achando Roberto Santos extraordinário. Mas, vocês sabem como são as coisas não é, eu cheguei no Tribunal Superior do Trabalho, apesar de ter entrado numa lista tríplice realizada por ele, eu cheguei num tribunal que era um lugar profundamente reacionário. Nunca vi um tribunal tão reacionário, como aquele que eu encontrei lá em Recife, no Brasil.

E.P - Isso foi em que ano?

F.M - Em 1989 eu fui para lá. Eu nunca vi um tribunal tão reacionário na minha vida.

E.P - Como é que, como é que o senhor conseguiu? O Duarte, seu amigo, teve importância?

F.M - Em que? Para ir para Recife, sim.

E.P - É, para ir para Recife sim.

F.M - Para ir para Recife sim. Mas quando...

E.P - Não, porque eu digo, o tribunal era, como o senhor diz, tão conservador, ele arregimentou votos então?

F.M - Ah, sim. Mas aí...

E.P - Ele trabalhou?

F.M - O Tribunal foi mudando, mudou muito, o tribunal foi mudando aos poucos. Gundin entrou, Gundin, apesar de Gundin ser um aristocrata, Gundin ser um homem...

E.P - Quer dizer, Gundin já votou no senhor?

F.M - Já. Não, lá não.

E.P - Não? Eu estou confundindo.

F.M - Não, não, porque quando foi feita a minha lista tríplice, Gundin veio do Ministério Público, quando foi feita a minha lista tríplice Gundin não era juiz ainda. Mas a minha demorou muito.

E.P - Mas ele já depois entrou e...

F.M - É, a minha demorou muito porque pesou muito...

E.P - Foi seu companheiro?

F.M - Pesou muito contra mim o elogio que Dom Helder me fez. Então, naquele tempo, as forças de segurança olhavam aquele negócio “Olha, mas tem isso, vamos ver, para superar”. Eu fiquei esperando, fiquei na praia aqui, na minha rede, esperando, façam o que quiserem. Eu não tenho interesse de...

E.P - Um dia chamaram.

F.M - Não, eu não tenho interesse de sair daqui não, porque a Junta era bem ali na esquina, eu saía de casa para ali todo dia, fazia minha audiência e voltava pra casa. Se não for para o Recife eu continuo assim, tudo bem para mim. Mas aí eu fui, entrei nessa lista, Duarte me colocou nessa lista indo para Recife e, em Brasília, quem mais lutou por mim, embora não tenha votado em mim, porque morreu antes, foi Coqueijo.

R.M - Coqueijo?

F.M - Coqueijo, ele morreu antes. Porque quando eu fui convocado, Coqueijo era o presidente da turma, o presidente era Orlando, que estava doente, eu fui para o lugar de Orlando. Orlando estava em São Paulo como doente. Eu fui para turma de Coqueijo, de Coqueijo, que passou a presidir como mais antigo. Então eu fiz uma amizade muito grande com ele. "Eu quero, você tem que ser ministro, você precisa ser ministro". Aquela coisa toda. Ele fazia um barulho danado, não é, fazia um barulho muito grande Coqueijo, era uma pessoa ótima, extraordinária, gostava muito dele. Porque eu fiz uma amizade com ele muito grande, antes de chegar ao tribunal, claro, porque quando eu cheguei ele já tinha morrido. Ele morreu um ano antes. Não, não, não foi tudo isso não.

E.P - Mas já existia a figura do juiz convocado? O senhor chegou a ser, não?

F.M - Não, não. Eu fui convocado, na época convocado normalmente. Orlando ficou doente eu fui convocado para ele, hoje é diferente. Eu até defendo essa idéia de juiz convocado, eu acho, já que nós não temos uma escola de magistratura, não temos uma escola de magistratura, não há meio melhor de avaliação do juiz do que essa convocação. É um grande meio de avaliação do juiz. Hoje o TST vai nomear dez ministros agora, não é. Foi criado pela

emenda, pela reforma do judiciário. O TST tem condições de botar até vinte se for necessário porque conhece todos eles, sabe do valor de cada um. Na época ninguém sabia, você só sabia do valor daquele que era convocado eventualmente. Então eu fui convocado, na época os que entraram na lista tríplice do TST comigo: José Luiz de Vasconcelos...

[FINAL DA FITA 1-A]²

R.M - [INAUDÍVEL] pergunta você.

F.M - [INAUDÍVEL] completamente.

E.P - Não, eu digo, pelo que o senhor disse na lista o senhor e outro tinham sido convocados.

F.M - Eu e o José Luiz de Vasconcelos, que é de São Paulo.

E.P - É, mas os outros dois não tinham sido, não é?

F.M - Não, [INAUDÍVEL] entraram, não, não. Então, não era fácil a avaliação. Como é que você fazia a avaliação? Eu mesmo fiz durante muito tempo isso lá, como ministro do TST. Nós nos reuníamos perguntávamos "Cadê fulano, quais são os nomes?" Alguns ministros apresentavam fulano, fulano, fulano. E a gente fazia diligência, alguma diligência, algumas coisas assim, na junta, na região, com advogados, com...

E.P - Procurava alguém que [INAUDÍVEL] perguntar.

F.M - Para saber alguém que pudesse dar uma informação sobre fulano, mas eu sei que ele estava lá e você não sabia quem era ele. Eu não tinha ideia, não tinha ideia do trabalho dele. Porque pesa muito, eu creio que sim, e defendo isso, pesa muito na nomeação de um juiz para atender tribunal, até o estilo de convivência. A convivência que ele possa ter com os colegas, senão nós vamos transformar o tribunal numa assembleia de conflitos...

² A fita 1-A não foi gravada integralmente.

E.P - Numa praça de guerra.

F.M - É, numa praça de guerra. Não dá, não dá para ser assim. E hoje você pode fazer isso. Quem teve essa ideia foi Pedrassani, quando presidente do TST. Eu não sei te dizer a época que ele foi presidente do TST, mas veja bem, eu, Pazzianotto, Wagner e Pedrassani³. Pedrassani foi aí há uns dez anos, sei lá. Ele teve essa ideia, então o que foi que nós fizemos, para convocação do juiz? O que foi que nós fizemos? Nós fomos ao presidente do Supremo Tribunal Federal que era o Carlos Velloso⁴, na época, fomos lá para casa de Velloso e dissemos a ele "Nós estamos pensando em fazer essa convocação, porque não dá, os juízes, os ministros não dão conta dos processos, não dão conta. Como ainda hoje não dão, não dão conta dos processos. E nós pretendemos fazer essa convocação mesmo sem vaga, uma convocação para auxiliar de ministro, o juiz vai auxiliar o ministro em seu gabinete, vamos preparar um gabinete também para ele e vamos ver". Velloso ficou assim, em dúvida, e disse "Olhe – toda manifestação de Velloso foi essa – olhe, a convocação de juiz deve ser uma coisa fora de qualquer dúvida, porque não pode um juiz funcionar e depois dizer "Ah, não podia ser convocado", e vai criar um sério problema para os processos julgados por ele, ou para qualquer julgamento que ele tenha participado, e não só relatados por ele. Aí nós dissemos... Eu fui...Fomos eu, Pedrassani e outro, não me recordo, acho que era Zé Luiz. Aí nós dissemos para o Velloso: "Como é que a gente tem, como é que a gente pode então ter uma resposta disso?" Ele disse: "Eu vou consultar os ministros do Supremo e lhe darei uma resposta por telefone". Eu me lembro que eu estava na sessão quando Pedrassani recebeu o telefonema de Velloso, atendeu na mesa da presidência, atendeu, me chamou e disse "Fausto, comunica que Velloso acaba de me ligar, todos ministros do supremo estão achando que está tudo certo, pode convocar".

E.P - E aí convocaram como juízes mesmo?

F.M - Convocado como juiz.

³ O entrevistado se refere, aos ex-presidentes do TST Almir Pazzianotto Pinto (2000-2002) e Ermes Pedro Pedrassani (1995-1998). Não é possível ter certeza a que Wagner ele se refere.

⁴ Carlos Mário da Silva Velloso foi Presidente do STF no período de 1999 a 2001.

E.P - Para poder ter validade.

F.M - Exato. Cada juiz, cada ministro convocou um juiz para trabalhar no seu gabinete e dividiu com ele os processos. Então foram muitos processos. Mas de início nós convocamos para julgar apenas agravo de instrumento, apenas agravo de instrumento. Por quê? Porque o número de agravos de instrumento era uma coisa extraordinária dentro do TST. Hoje você não dava conta. Aí o que é que nós fizemos, por conta disso, para julgar agravos de instrumento? [INAUDÍVEL] essas pessoas que passavam a julgar em situação de minoria na turma, está entendendo? Em situação de minoria. Então quando ele dava o voto dele, a turma era composta, na época, de cinco ministros, cinco ministros, três togados e dois classistas, então sempre que um juiz convocado, ligado a qualquer juiz daquele, votava, os outros dois juízes tinham que votar também e o presidente, porque aí não tinha problema, não é. Isso não modificaria a jurisprudência da corte, que é fundamental não ser modificada, não é. Não assim, com um processo à toa, ela pode ser modificada com um produto resultado de um estudo muito sério, não é. Claro que tem, senão não iria evoluir. Mas era assim que a gente fazia. Com isso nós mantivemos a jurisprudência do TST tranquilamente, tranquilamente. Com a ideia boa que hoje vai ser desnecessária por dois motivos. Primeiro, porque nós temos um número maior de juízes, mais dez de ministros, não é, no TST, mais dez ministros. E em segundo lugar porque nós teremos a escola da magistratura, a escola da magistratura, então, a avaliação será feita na escola, pela escola, inclusive com prática dentro do [INAUDÍVEL] do TST, ele pode ajudar o juiz dentro do, o ministro, dentro do TST, e o juiz vai fazendo a avaliação, não há mais problema nenhum, não há mais necessidade de convocação a partir da nomeação dos novos ministros, não é. Outra ideia...

E.P - Dr. Fausto, essa escolha, quando o senhor diz que vocês se juntavam no TST e, que nomes você indica, essa escolha era pautada fundamentalmente em cima dos processos que chegavam, das sentenças dadas pelos juízes?

F.M - Não. Mas a partir daí, sim. Nós nos reuníamos e então, eu por exemplo, eu conheço alguém de Pernambuco que tem condições de ser ministro do TST...

E.P - Havia uma tendência a puxar pessoas da própria região, o senhor acha isso?

F.M - Não, acredito que não, apesar de eu ter indicado dois da minha região, Pernambuco.

E.P - Não é um bom exemplo?

F.M - Não, não sou, não [risos]. Eu indiquei, indiquei dois de Pernambuco que entraram em lista, mas não, não, não era isso não, não era assim não. Mas muitas vezes, muitas vezes eu votei em candidato de São Paulo, candidato de Minas, votei em todos eles, o Vantuil Abdala, eu votei nele, não é. O Manuel Mendes, eu votei nele, de Minas Gerais. Em todos eles, eu sempre votei, três nomes, você podia indicar um e ...

E.P - Normalmente juízes que vocês conheciam pessoalmente?

F.M - Pessoalmente, eu conheço um juiz de Pernambuco...

E.P - Por causa desse dado que o senhor falou da convivência?

F.M - Porque você não sabe quem é. Então eu conheço de Pernambuco, eu digo fulano de tal pode ser ministro, ele é um bom juiz. É ótimo de convivência, excelente juiz, tem bons trabalhos, seu ponto de vista intelectual é excelente, aquela coisa toda. Aí a gente parava aquilo, a gente procurava consultar os processos de Pernambuco e ia procurar as decisões dele. A gente via as decisões dele e fazia uma análise ali e tal.

E.P - Inclusive das indicações dos outros?

F.M - Dos outros.

E.P - Ah, que interessante.

F.M - De todo mundo. E com isso a gente fazia. Mas era um negócio precário ainda, era muito precário. Porque, você sabe, que em grandes, muitos tribunais, no meu tempo no Recife isso não acontecia, mas em muitos tribunais os assessores é que fazem o voto, esse é

que é o problema, não é, assessor faz o voto. Então, isso não era um dado positivo, você consultar a decisão, não é, não era um dado positivo, tão positivo assim. A gente tinha de ter a informação, tinha de ter a informação, isso era fundamental. Eu fiquei muito impressionado, cheguei a dizer no TST, eu estou muito impressionado com o que vi hoje, no dia que eu vi isso, eu vi um fato, constatei um fato, presenciei um fato, e fui lá no TST, voltei com, reunido com os ministros, e isso, eu constatei isso e fiquei impressionado, que é, eu fui convidado para almoçar no Comando da Aeronáutica. Quando cheguei lá com o comandante da aeronáutica, e terminamos o almoço ele disse "Eu queria levá-lo para conhecer um processo de escolha de oficiais que serão promovidos". Aí eu fiquei assim, embora, vamos, e fui ver. Entrei numa sala, eram vários brigadeiros reunidos em torno de uma mesa com um tribunal, a forma de um tribunal, cada um com um computador na frente, então um brigadeiro daquele pegava o processo de fulano de tal que pode ser promovido para isso, para tal lugar, um oficial, era de oficiais, não é, um oficial para outra coisa lá, eu não entendo bem esse negócio de milico que não fiz isso, aí ele pegava aquilo e relatava o processo. Quando ele começou eu disse "Mas eu tenho de sair". Ele disse "Não, eu quero que o senhor assista". Está bom, fiquei assistindo. Ele relatava e todo mundo acompanhava no computador, tudo aquilo. Aí eu me lembro bem de um dado, de um brigadeiro, que contestou a investidura do outro, um caso maior na promoção, no acesso ao [INAUDÍVEL] dizendo o seguinte: "Não é bom o relacionamento dele com os subordinados". Isso você nunca pode imaginar que a aeronáutica age assim, não é? Quer dizer, a gente tem uma ideia de arbitrariedade, não é? Mas eles estavam lá fazendo isso, e aí eu voltei e disse "Olha, isso aí é uma coisa extraordinária", porque nós aqui, como é que escolhemos aqui? Por indicação de um juiz, de um presidente de Amatra, o Luciano deve ter sido, não sei se ele chegou a ser convocado, consultado algumas vezes, mas indicamos assim, não temos um dado positivo. A convocação nos deu esse dado positivo. A gente quem foi bom e quem foi ruim na convocação, quem merece e quem não merece hoje ser colocado numa lista tríplice de promoção para o TST por conta das convocações. Tivemos grandes juízes, grandes juízes lá que foram convocados e que nos prestaram [INAUDÍVEL]nos prestou grande, mas grande colaboração. O Renato, que é de São Paulo, todos que estão lá. Luciano...

E.P - Pode-se dizer que a partir, a partir da instituição, é, da convocação, os juízes indicados em seguida foram todos ex-convocados? Eram todos, já tinham sido convocados de alguma maneira, e, portanto, apreciavam...

F.M - Olha, eu acho que sim. Eu acho que nenhum, não entrou nenhum que não tenha sido, não tenha passado pela convocação. Eu acho que o critério foi esse, a partir daí. Eu não me lembro de nenhum assim, me pegou de surpresa agora, assim...

E.P - Passou a ser um teste, não é?

F.M - Passou a ser um teste. Mas uma excelente avaliação, excelente avaliação. Você que está trabalhando ali, está julgando o processo da [INAUDÍVEL], debatendo o processo, que não é só o que está escrito, é debate, é o debate. Ele lê o voto dele, alguém contesta, há uma divergência, ele tem que justificar, tem que debater, tem que discutir. Você está vendo quem faz isso, não é, então isso é extraordinário para gente. Eu acho que o TST hoje pode fazer uma lista para escolher [INAUDÍVEL], uma lista extraordinária. E tem muita gente para fazer isso, porque nós temos muitos juízes bons em todo o Brasil, muitos juízes bons, bons mesmo. Eles estão falando hoje, já me disseram assim, essa coisa, esses embargos de [INAUDÍVEL]de orelha, não é, já falaram aí, me falaram aí que o, tem o Márcio, que é o atual presidente, acho que ainda é presidente do tribunal de Minas, que é muito bom, o Luiz Felipe Vieira de Melo, que é muito bom também, diz que tem muita gente boa aí que está sendo cotada, todos que me falarem, fulano, fulano, fulano, todos eu conheço, o trabalho deles é excelente, é um trabalho excelente. Isso você não podia fazer antes, não é.

E.P - Mas, os mais jovens falam em eleição. O que é que o senhor acha disso para a carreira? Os sonhos da juventude? [riso]

F.M - O meu querido amigo Luciano e seus companheiros de [INAUDÍVEL], não é Luciano não, é [INAUDÍVEL].

E.P - Eu estou ouvindo isso desde a primeira entrevista.

F.M - Eu sei. Mas todos eles, eles sempre tiveram uma...Mas eleição para promoção, na verdade eu não estou sabendo, é a primeira vez que eu ouço. Eu ouço eleição para presidente do TST, presidente do regional, isso aí eu sei, que eles querem eleição direta. O Marco Aurélio chega a defender, o ministro Marco Aurélio, a eleição direta para os tribunais...

E.P - Para romper com essa lógica [INAUDÍVEL]?

F.M - É, mas eu não acho que seja uma boa coisa não. Eu acho que os interesses do juiz muitas vezes se conflitam com os interesses do Judiciário como poder, muitas vezes se conflitam. E nessa hora se você, se você vai julgar o seu eleitor, você tem uma tendência danada para atendê-lo, não é. Não é fácil, não é fácil. Eu não sei, eu não acho uma boa idéia não, talvez eu seja um pouco superado no tempo, entendeu, meu tempo já passou e eu esteja dizendo coisas do meu tempo, da minha época.

E.P - O senhor acha que o atual sistema com essas melhorias, com essa possibilidade do acompanhamento...

F.M - Eu acho isso fundamental. Basta isso, é fundamental. Vai ser melhor, vai ser melhor, porque nós vamos ter a Escola Nacional da Magistratura. Se você colocar como condição para ingresso no TST ter passado por um curso de aperfeiçoamento que a escola de formação e aperfeiçoamento, se você colocar isso como condição para entrar na lista para o TST, você aí sim, você vai ter um grande... A nossa escola eu não sei bem como vai funcionar, mas quando eu era presidente do TST, eu fiz uma viagem a Paris, na companhia do atual presidente, Ministro Vantuil Abdala, para visitar primeiro a Portugal, a Lisboa, para visitar uma escola de Portugal, escola de magistratura de Portugal. Lá, o que eles nos disseram foi o seguinte: "Olhe, o senhor não vai a Paris?" "Vamos." "Pois tudo que tem de melhor está em Paris". Nós fomos, praticamente ouvimos alguma coisa em Portugal e fomos para Paris. E em Paris nós ficamos muito impressionados, nós fomos recebidos lá pelo diretor da escola. Ah, o Itamaraty colocou uma intérprete para nós, ela interpretava tudo, traduzia tudo que ele dizia, fazia a versão, e a gente, com isso, ia aprendendo muitas coisas da escola de Paris, que é extraordinária. A escola de Paris você faz concurso, tem ingresso na escola, passa três anos na escola com bolsa de estudos, e depois de três anos você faz uma avaliação para saber se

pode ser juiz. Se você não passar na avaliação de juiz, você tem outra chance. Faz uma avaliação, não é que seja coisa inferior não, não há nada, não há hierarquia nisso não, mas é que você não deu para juiz, então vai fazer um teste para o Ministério Público, você faz um teste para o Ministério Público, depois de três anos. Se você não passar ainda tem uma oportunidade de fazer um teste para oficial de justiça, cartório, para os cartórios, não é, para escrivão, você ainda pode fazer um teste para isso, em Paris é assim. Me lembro que na conversa que tivemos lá em Paris, nós perguntamos ao professor [Paul Durriet], como é que se escreve isso? É [Durriet], sabia, mas não lembro mais não, Paul [Durriet], que é o diretor "O que é que o senhor pode passar para nós, que viemos do Brasil, e que nos chega nesses prospectos, ele me deu vários papéis, que não esteja aí? Conte sua experiência pessoal". Ele riu e disse "Eu vou dar a minha opinião. O melhor juiz da França não é o mais intelectualizado, não é o que melhor conhece a jurisprudência nem a literatura jurídica. O melhor juiz da França é o que melhor conhece a realidade do francês". Isso é uma lição para o juiz do trabalho, não é? O juiz do trabalho eu acho que é isto. É conhecer a realidade brasileira. Juiz do trabalho que não conheça a realidade brasileira não será um bom juiz. Pode ser, podia ser [INAUDÍVEL] para outro ramo, mas mesmo na justiça do trabalho, não. No trabalho você tem que conhecer a realidade. Eu vou lhe dar um exemplo do que aconteceu aqui, quando foi criado o Tribunal Regional do Trabalho nós passamos a criar várias, na época, Juntas do Trabalho, não é, criamos várias Juntas no Rio Grande do Norte. Uma delas...

E.P - Que ano foi, por favor?

R.M - Mais ou menos...

F.M - Eu acho que tem uns dez anos ou mais. Então, nós criamos várias Juntas, uma delas foi criada na cidade Caicó, que fica a 240 km de Natal. Deve ser, ela é em importância a terceira cidade, é Natal, Mossoró e depois Caicó. Hoje outras cidades cresceram mais e eu nem sei dizer a importância de Caicó. O que, qual é o peculiar de Caicó? Caicó é uma cidade que tem uma indústria, uma vida econômica muito pujante, mas tudo na base do artesanato, na base da coisa feita em cooperativa, tudo, da associação, disso e aquilo outro, você se junta com outra pessoa e vai fazer bordado, os mais belos bordados do Rio Grande do Norte, eu acho que do Brasil, estão em Caicó. Caicó é... A famosa carne de sol nasceu em Caicó, é lá

que eles prepararam a carne de sol, eles preparam lá os melhores queijos que nós comemos aqui, de coalho ou de manteiga, queijo de coalho ou de manteiga, os bordados de Caicó são lindos, as redes de Caicó, eu acho que eu tenho uma ali, armada lá atrás, mas não sei se está lá não. As redes de Caicó são lindas, são lindas as redes que eles fazem lá, com aqueles negócios, qual é o nome daquilo, varanda não é, para as redes?

E.P - É, é...

F.M - As varandas são bordadas, são bordadas, elas não são aquelas fi..., bordadas. São lindas, tudo é assim. Então eu chamei na época o juiz do trabalho que ia para Caicó e fiz um apelo a ele "Olha, eu quero fazer uma advertência a você. Você vai para uma cidade onde toda rua que você entra tem uma pessoa que se associa a outra para fazer rede, para fazer bordado, para fazer aquilo. Se você começar a dar relação de emprego você acaba com, com a indústria de Caicó. Então é precioso ter muito cuidado na história da relação [INAUDÍVEL]".

E.P - Se você levar a lei ao pé da letra você pode destruir, não é?

F.M - Destrói a economia da cidade. "Você tenha muito cuidado porque pode acontecer isso". E aconteceria mesmo, tudo seria destruído não é, em Caicó, a indústria de Caicó, a economia caicoense seria destruída. Que é uma belíssima economia, pujante economia, não é, uma belíssima economia. É essas coisas que chamam a atenção da gente.

E.P - É a realidade que determina, não é?

F.M - O juiz tem que ter cuidado com a realidade local, ele será um bom juiz se ele tiver cuidado com a realidade local. Essa questão, por exemplo, em Pernambuco, você tem um campo muito amplo para isso na Zona da Mata, não é, pernambucana. Tudo ali é uma coisa de louco, você vê ali. Nós insistimos durante muito tempo em Pernambuco, essa jurisprudência eu defendi no tribunal de Pernambuco, durante muito tempo, em conceder salário-família para o trabalhador rural. O TST não admitia. Todo recurso ia para lá, o TRT botava abaixo, todo recurso ia para lá chegava lá o TRT botava abaixo, não admitia. Eu me

lembro que eu cheguei lá como convocado e o Coqueijo⁵ olhou para mim, o Coqueijo levantou duas questões, uma das questões foi a seguinte: é que Maceió tinha, estava com cerca de oito, só tinha uma junta com oito mil processos, é impossível julgar. Então o que nós fizemos, fizemos uma junta paralela. Pegamos um juiz substituto e dois suplentes de vogais e fizemos uma junta, ela passou a funcionar. E outra coisa era a relação de empre... era o salário-família do trabalhador rural. E almoçando com Coqueijo lá no TST quando eu estava convocado, Coqueijo: "Vocês fazem duas coisas em Pernambuco que não podem fazer. Primeiro essa história da junta de Alagoas, vocês não podem fazer isso, vocês não podem fazer isso. Em segundo lugar, é a questão do salário-família para trabalhador rural. Bate aqui a gente derruba". Aí eu almoçando olhei para ele e disse "Ministro - eu muito respeitoso disse – Ministro o senhor sabe quantos processo vem de Recife para cá dessa junta que nós criamos por lá? Ela está julgando quatro mil processos por ano e chegam aqui cem ou duzentos processos. Desses cem ou duzentos processos os senhores conhecem a metade e o resto está tudo mal preparado o recurso, não conhece. Então, os senhores anulam trezentos e nós julgamos quatro mil, nós resolvemos quatro mil. E quanto ao trabalhador rural é a mesma coisa, são poucos processos que vêm para cá, não é. E os trabalhadores estão recebendo lá o salário-família que nós mandamos pagar. Eles estão recebendo, porque não tem recurso para cá ou qualquer coisa, perderam o prazo, eu não sei, não teve recurso, e estão recebendo lá o salário-família". Daí que tem aquele adágio de inglês que diz que o juiz da terra é a lei da terra, não é. Mais ou menos isso.

E.P - É a justiça local mesmo.

F.M - Tem de ser, você tem de ver isto, tem as condições locais, é um negócio diferente, não é, negócio diferente. Você não pode julgar o trabalhador da Zona da Mata de Pernambuco como julga o trabalhador de São Paulo. Eu lhe dou um exemplo também, também que aconteceu no tribunal em Recife para o Tribunal Superior do Trabalho, quando em Recife nós criamos a chamada tabela de tarefas do trabalhador da Zona da Mata, o trabalhador da cana de açúcar, não é?

E.P - O que era isso doutor?

⁵ O entrevistado está se referindo a Carlos Coqueijo Torreão da Costa, presidente do TST de 1984 a 1986.

F.M - A tabela de tarefa era o seguinte, o sujeito chegava e dizia "Você vai trabalhar aqui, está aqui essa área, você vai trabalhar". Aí o sujeito trabalhava não sei quanto tempo, não sabia quantas horas trabalhava, não sabia o tempo que levava, não tinha comida, não tinha nada. Fizemos uma tabela de tarefas, [INAUDÍVEL] tarefa, dizia você vai receber tanto por tantas horas, vai receber uma área tanto para cultivar, quando o empregador tinha raiva do trabalhador ele botava numa área cheia de pedra, ele passava uma semana e ganhava salário de um dia e só pagava um dia de salário dele, porque era aquela área que eles chamavam, agora eu esqueci o nome, tinha um nomezinho que eles chamavam, não é, aquela arezinha. Então, ele trabalhava naquela área e só ganhava um salário se concluísse aquela área. Ele levava, porque tinha muita pedra, ele levava uma semana. Levava mulher, filho, todo mundo...

E.P - E não adiantava?

F.M - E ganhava um dia de trabalho, trabalhava uma semana e ganhava um dia. Tudo isso nós regularizamos com essa tabela de tarefas. E foi uma... Eles dizem em Pernambuco, o que eles diziam é, é a lei áurea do trabalhador rural, é a lei áurea, uma coisa assim extraordinária.

E.P - Isso foi quando doutor Fausto?

F.M - Ah, isso foi pouco antes de eu ter ido para, para o Supremo [INAUDÍVEL].

E.P - [INAUDÍVEL].

F.M - Não, bem antes, eu fui para lá em 1978, isso deve ter sido em 1980, 1980 e poucos, foi na década de 1980. Década de, foi para o Tribunal, não é, Tribunal, não era na junta, quando eu fui promovido para o Tribunal, saí daqui de Natal para lá. Então nós criamos essa tabela, que foi uma beleza essa tabela de tarefas, imitada por todo mundo, imitada por todo mundo, e funcionando ...

E.P - Como é que é a reação, a reação dos patrões hein?

F.M - Ah, eles ficaram...

E.P - Ficaram danados da vida?

F.M - Ficaram danados...

E.P - E aí iam lá, iam lá vocalizar isso, como é que eles faziam?

F.M - Ah, não, eles criavam problemas, não pode, tal, e correram para Brasília e perderam, [INAUDÍVEL] está muito boa, é assim mesmo.

E.P - Tiveram que aceitar.

F.M - Porque era uma coisa, uma coisa com apoio público, tinha apoio, era Dom Helder falando a favor, Miguel Arraes falando a favor, era muita gente falando a favor, da tabela de tarefas, não é. Eles não tinham como fugir disso, aceitaram a tabela de tarefas. Pois bem, um belo dia, anos depois, nós tivemos o primeiro desfile do trabalhador da Zona Canavieira do Rio Grande do Norte, primeiro desfile, nunca tinha havido um desfile coletivo, uma greve, desfile coletivo, foram bater em Recife, que a jurisdição era lá, não é, no Tribunal do Recife. E quando chegou lá eu fui designado para, eu fui designado não, o relator foi [Juricava], que foi depois presidente do TST também e tal. Aí [Juricava] deu o voto dele, eu discordei de um bocado de coisa e ganhei o acordo. Na época a gente ganhava acordo de dissídio coletivo e hoje eles estão evitando isso. E então, quanto à tabela de tarefas, eles têm uma tabela de tarefas que foi feita em Natal pela usina Ilha bela, tinha uma usina chamada Ilha bela aqui em Natal, é uma tabela de tarefa muito boa, bem diferente da tabela de tarefa de Pernambuco. Mas vamos fazer essa que essa dá o mesmo resultado, é excelente, própria para o Rio Grande do Norte. Aí adotamos aquela tabela de tarefas.

E.P - Aí estenderam para cá?

F.M - Não, a tabela, fizemos para o dissídio coletivo de Natal, fizemos essa tabela para cá.

E.P - Ah, fizeram especialmente para eles?

F.M - É, fizemos essa tabela para cá, tinha a tabela de Pernambuco. Aí o que é que aconteceu? Houve um recurso para Brasília, quando chegou em Brasília foi Marcelo Pimentel⁶, do alto da importância dele, olha assim e diz "Por que essa inovação? Nós já temos uma tabela de tarefas de Pernambuco, faz a mesma para o Rio Grande do Norte". Fizeram. Nunca foi cumprida porque era tudo diferente daqui. Então, por que é que é diferente? Eles diziam o seguinte: nas vielas tais, ruas tais, não sei o quê lá, tem umas expressões técnicas, isso não existe no Rio Grande do Norte. Por que é que existe em Pernambuco? Porque em Pernambuco tudo é no alto, é em serra, a cana é plantada em serra, aqui é como São Paulo, é tudo plano. Aqui é tudo plano, então não serviu para nada. Nós passamos um ano aqui sem a tabela de tarefas, por conta dessa jurisprudência do TST. Daí você vê o que é jurisprudência em dissídio coletivo. A pior coisa que existe é jurisprudência em dissídio coletivo. Dissídio coletivo deve ser uma forma de criar condições de trabalho, não é, deve ser uma forma de criar. O TST durante muito tempo não entendeu isso porque os ministros do TST não entendiam isso, eram comandados por um sentimento diferente, não é, uma visão social diferente, mais jurídica, mais econômica do que social, não tiveram essa visão, e aí criaram precedentes em matéria de dissídio coletivo, que nunca serviram para todo o país, serviam para determinada área, principalmente para São Paulo, mas não serviam para o resto do país, esse é que é o fato. O... Durante, muito tempo depois é que eles conseguiram, por exemplo, conseguiram...não, não foi um julgamento isolado, eu não lembro bem, parece que foi um julgamento, eu não sei se foi de turma, eu não sei, eu acho que foi um julgamento, que deu, concedeu finalmente, o salário- família do trabalhador rural. E aí, o que é que aconteceu a partir do momento em que houve isso? Criaram a lei, fizeram a lei concedendo salário-família para o trabalhador rural. Vê então a importância da jurisprudência na lei, para a lei, na elaboração da lei. Fizeram então isso.

E.P - Ela sinaliza, não é?

⁶ O entrevistado se refere a Marcelo Pimentel, presidente do TST de 1986 a 1988.

F.M - Exatamente, sinaliza. Aí foi uma beleza o dissídio, depois que adotaram a tabela daqui, foi uma beleza, tudo passou a funcionar normalmente, todo mundo achando bom. Mas chegou aqui os trabalhadores [INAUDÍVEL] "O que é isso?" Ninguém entendia nada...

E.P - Não tem nada a ver, não é, nada a ver com a nossa realidade.

F.M - Não tem nada, nada, nada, com a nossa, nada. Nada, a nossa tabela aqui é igual a de São Paulo. São Paulo não tinha, hoje tem. Depois todo o Brasil passou a adotar, onde tem plantação de cana eles adotaram essa tabela de tarefas. Ou a do Rio Grande do Norte ou a de Pernambuco, que é um paradigma. Melhoradas, evidentemente, ou correspondendo um pouco mais à realidade paulista do que a realidade do Rio Grande do Norte, não é, mas sempre a mesma coisa, o mesmo princípio, o mesmo esquema.

R.M - O senhor entra no, no...

F.M - Eu estou indo e voltando "pra daná", não estou?

E.P - Não, não, isso não tem problema, depois a gente vai, é só para não perder, para não deixar uns buracos, a gente volta para...

R.M - O senhor é indicado para o TST em 1989...

F.M - 1989.

R.M - Pois é, a constituição está fresquinha. Qual o impacto da constituição no TST? Teve algum?

F.M - 1988?

R.M - É, a constituição de 1988?

F.M - Teve muito, mas veja bem, enquanto a constituição era chamada de constituição cidadã, que garantia certos direitos ao trabalhador, tal, o TST reagiu um pouco, a jurisprudência do TST era muito sólida para ele, não é, de modo que serviu de anteparo e muita coisa não foi feita, apesar até da CLT. Então há um dispositivo na constituição que trata... A constituição, o princípio da constituição, a constituição acabou com a estabilidade do emprego praticamente quando estendeu o fundo de garantia para todo mundo, mas estabeleceu um princípio, era a proibição de dispensa arbitrária. Isso até hoje não foi regulado, não foi regulamentado até hoje, não há regulamentação desse jeito, nem vai haver, não interessa a ninguém, só interessa ao trabalhador, que por outro lado também fica um pouco à parte, tá aí, tá, tá metido nas lutas sindicais, prefere essas lutas sindicais mais históricas e não presta atenção a isso que é fundamental para o trabalhador. Daí que eles continuam sendo dispensados, sem nenhum problema, sem nenhum problema, significando que nós estamos passando que o TST superou os princípios da constituição de 88, superou muito os princípios da constituição de 1988. E a repercussão que poderia ser muito grande somente nessa área, não é, porque nós estávamos adotando uma tese de proibição de dispensa, é assim, parece [INAUDÍVEL] termos mesmo, de dispensa arbitrária, não é, essa proibição, e seria extraordinário se fosse levado a sério, nós passaríamos a aplicar ao Direito do Trabalho até um princípio do Direito Civil de desvio de poder, Direito Administrativo de desvio de poder. Nós passaríamos a aplicar até isso, significando que nós teríamos mais condições de julgar sem questões morais, saber se é isso ou se não é, ou alguma dúvida, as questões, por exemplo, relativas ao racismo, a dispensa por motivo de raça, por motivo de religião, por motivo de, isso aí tudo, isso tudo se nós tivéssemos esse princí..., aplicado plenamente o princípio de proibição da dispensa arbitrária.

E.P - Não se deu, não se deu...

F.M - Nenhuma importância, nem os trabalhadores deram essa importância, nem os trabalhadores se deram conta de que isso era fundamental para o direito deles. Então a constituição de 1988 na verdade dificultou um pouco o trabalho processual. Por que é que dificultou o trabalho processual? Porque a partir da Constituição de 88, todos os direitos trabalhistas foram constitucionalizados no seu texto. Aí o que é que acontece? O Tribunal Superior do Trabalho já não é a última instância. O Tribunal Superior do Trabalho decide e

ele recorre extraordinariamente ao Supremo Tribunal Federal. Quando eu estava na presidência do TST, na presidência do TST, eu recebia por mês cerca de 600 petições de recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal, a média era um, dois, que eu admitia por mês, o resto tudo negava prosseguimentos, aí eles iam com agravo de instrumento. De qualquer maneira dificulta demais o processo que é um processo que tem que ser célere, passou a ser um processo lento, profundamente lento, por conta disso.

E.P - Nesse sentido o constitucionalismo que devia [INAUDÍVEL] garantias...

F.M - Constitucionalismo social, o tal constitucionalismo social. Na verdade que era a tese, constitucionalismo social na verdade teve...

E.P - Acaba, acaba, um pouco, atrapalhando.

F.M - Atrapalhou um pouco o processo trabalhista. Acabou atrapalhando, e muito, o processo trabalhista. O Supremo, por outro lado, o Supremo, o Supremo abarca tudo, o Supremo gosta de trazer para si competências, sempre gostou, não é. Sempre foi uma tendência do Supremo, eu acho que até por conta da, de uma disputa surda como houve [INAUDÍVEL].

E.P - De poder, não é.

F.M - ...com o Superior Tribunal de Justiça, que é um tribunal abrangente, não é, mais abrangente do que o Supremo. Então, por conta dessa disputa, o Supremo passou a querer tudo, a medir a competência dele para tudo, e passou a admitir também a competência trabalhista. Muitos processos [INAUDÍVEL] lá por conta disso, processos trabalhistas, [INAUDÍVEL] por conta disso. São questões terríveis. Outra questão que eu queria falar aqui de passagem, não está dentro do tema não, mas de passagem eu queria falar, é a questão dos precatórios. Terrível a questão dos precatórios. O que é que aconteceu? Quando eu era corregedor da Justiça do Trabalho, do TST, eu estabeleci a possibilidade de sequestro, como é que pode ser feito o sequestro em tais e tais condições, sequestro de verbas não pagas, não quitadas pelo poder público, pelo administrador público. O que é que aconteceu? O Supremo

Tribunal Federal, através de recursos, chega até lá, chegou um recurso extraordinário que chegou até lá, o Supremo diz não, não pode, não pode haver sequestro, o que pode haver é intervenção, sequestro não, não pode haver sequestro de verbas. Aí, o que é que a gente vai fazer, uma intervenção, nós reagimos a isso, mas não tinha jeito não, o Supremo que está dizendo isso. Vamos para intervenção. Aí o que é que o Supremo decide? Não, não há motivo para intervenção, porque só há intervenção quando ostensivamente o poder público se nega a pagar, se ele se nega a pagar dizendo que não tem dinheiro não há. Qual que vai dizer que tem dinheiro? Quem é que vai dizer que tem dinheiro? Resultado, nós temos aí um punhado de precatórios não pagos, na Justiça do Trabalho isso chega a ser um escândalo. Eu como corregedor estive em Manaus, em Manaus eles disseram "Ministro, o senhor quer entrar numa sala especial, que nós temos aqui?" Pois não, fomos para essa sala especial. Sabe o que era? Vários processos em cima com uma... agora eu estou, eu estou em dúvida como era a expressão que eles usavam por lá, tinha uma papeletazinha saindo, um cordão com uma papeleta, parece que é processo morto, uma coisa assim. Sabe o que era? Precatórios, vários precatórios, nenhum pago.

[FINAL DA FITA 1-B]⁷

F.M - Na questão dos precatórios cheguei a ser até arbitrário. Um governo que não paga precatório é o governo de Alagoas, todos eles [INAUDÍVEL] nisso. São Paulo também não paga, mas Alagoas é constante, é permanente...

E.P - É?

F.M - ... não pagam. Então eu, eu recebo como corregedor um pedido de... contra o... uma reclamação contra... sim, o Supremo Tribunal Federal, perdão, eu vou voltar para o Supremo. O Supremo Tribunal Federal quando julgou esse processo em [INAUDÍVEL] extraordinário passou a receber reclamação de qualquer pessoa, a reclamação deveria ser dirigida apenas ao processo que foi julgado. Ele admitiu ampla, que ela fosse ampla, e passou a, se alguém tinha alguma coisa sequestrada, uma verba sequestrada, qualquer governo municipal, estadual, fazia uma reclamação...

⁷ A fita 1-B não foi gravada integralmente.

E.P - Ia lá e reclamava.

F.M - ...no Supremo ele decidia liminarmente. Suspende-se os fatos, acabou...

E.P - Não pode.

F.M - Não pode, mas eles fazem e aí não tem o que fazer. Mas eu ia dizendo que era arbitrário como corregedor, tanto que Alagoas não pagava. Então eu recebi de lá um pedido de providências, uma reclamação do correccional do governo de Alagoas, porque tinha sido sequestrado dez mil reais do governo. Dez mil reais. E que com aquele sequestro ele ia atrasar o funcionalismo público. Quer dizer, é um acinte, não é? Então, o que foi que eu fiz? Eu liguei para... Antes de despachar, porque eu sabia que o Supremo dava razão a ele, antes de despachar eu liguei para o presidente do Tribunal de Alagoas e disse "Você já pagou aqueles precatórios que vocês sequestraram, não foi? Pague imediatamente e me comunique", aí eles pagaram e me comunicaram. Aí quando eles me comunicaram eu pedi "Agora restam...", pelo telefone, digo, "façam um telegrama dizendo que já foi pago". Passaram [INAUDÍVEL] prejudicado. Acho que foi o único precatório pago em Alagoas.

E.P - Que absurdo, não é.

F.M - Dez mil reais. Minas Gerais tem não sei quantos. Minas Gerais criou um sistema muito bom, é um juízo conciliatório que tem natureza administrativa. Ele se reúne, um juiz, determinado juiz, um representante do Ministério Público, o empregador e o empregado, com o seu advogado. E em torno daquele, em torno de determinado precatório, eles tentam, por ordem, dentro da ordem de precedência, eles tentam fazer um acordo e têm conseguido muita coisa, têm resolvido muita coisa. Depois de Minas Gerais, Paraíba já fez, eu acho que o Rio Grande do Norte, eu não sei se faz, mas acho que andou fazendo também. Vários estados já estão fazendo e está dando certo, mas dependendo da boa vontade do governo. O que é que o governo de Minas fez? Porque Minas foi o começo, não é. O governo de Minas disponibiliza tantos reais, tantos mil reais, por mês, para a Justiça do Trabalho, para atender a precatórios, e

a Justiça do Trabalho vai sacando daquele dinheiro, vai sacando, quando para num que não tem jeito, aí cria o problema, não é?

E.P - Claro.

F.M - [INAUDÍVEL] acordo, não tem jeito, vamos ver o que é que a gente faz, tem que pagar, paga, tá. A cúpula.

E.P - Tem que esperar entrar mais.

F.M - É uma confusão terrível, não é. Mas é um problema seríssimo de precatório, que nós não temos condições, são bilhões de reais que nós temos de precatórios. Dívidas do poder público não pagas, não quitadas, são bilhões de reais, não há possibilidade de quitação. Eu soube agora, vi pelos jornais, não sei, até ia ligar para Vantuil⁸ para perguntar o que é que estava havendo, que o Nelson Jobim pediu uma relação aos estados, uma relação dos precatórios não pagos, para ver se faz alguma, o que que dá, o que é que pode fazer. Nelson Jobim é muito político, ele vai querer uma solução aí, conciliação, não sei, talvez seja o, dispense alguma, faça uma conciliação, perder um dinheiro não é, deve ser mais ou menos isso que ele vai tentar fazer, porque não é possível pagar, tantos são os precatórios, por conta da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o culpado disso, Supremo Tribunal Federal.

E.P - Senhor Fausto e a penhora online, em que medida interfere nisso?

F.M - Não... penhora online...A penhora online foi uma grande medida, eu acho aquilo extraordinário. É uma grande medida. Ela pode criar um arbítrio, de algum modo, não é? Ela invadir as contas e tal, criando algum tipo de arbítrio, mas tem resolvido muita coisa em favor do trabalhador, o exequente sai satisfeitíssimo da penhora online, satisfeitíssimo mesmo de penhora online. É um, é uma coisa extraordinária que está acontecendo, não é, no país. Porque antigamente os sequestros eram feitos de maneira muito mais arbitrária do que hoje, eles reclamam da penhora online, mas antigamente sabe o que é que acontecia? O juiz de Macau, por exemplo, em Macau aconteceu isso. Eu era juiz aqui em Natal e o juiz de Macau,

⁸ O entrevistado se refere a Vantuil Abdala, atual presidente do TST.

como era substituto, foi, quiseram tirá-lo, o presidente do Tribunal do Recife, para me mandar para lá para resolver o problema. Porque ele fez uma, uma companhia, uma companhia é, como é o nome da companhia, não me recordo agora, uma companhia, uma grande companhia de navegação, que tem inclusive estaleiros no Rio de Janeiro onde fabrica navios etc., muito grande essa companhia, então o que é que ele fez? Ele fez uma penhora, ele fez bloqueio de contas dessa empresa em todo país, aí você pode imaginar que por conta do aviso prévio, décimo terceiro mês ou qualquer coisa do empregado em Macau, a companhia ...

E.P - Para de funcionar.

F.M - ...deixa de produzir navios no Rio de Janeiro por conta disso. Tem arbitragem muito maior, uma arbitrariedade, perdão, muito maior, então a penhora online evita isso, ela não chega lá, às vezes ela pode avançar um pouco, criar alguma dificuldade, mas é imediatamente proibida pelo juiz, imediatamente. Isso está muito bem estudado pelo TST. Se você me perguntasse como é que eletronicamente funciona isso eu não tenho bem ideia disso, mas a coisa foi exposta lá para todos nós não é, com o pessoal de banco, com o pessoal de tribunal que entende disso, a coisa foi muito bem colocada e na verdade é uma excelente ideia e espero que dê resultados.

E.P - O senhor fala é...Estávamos falando dessa sua entrada no TST, nós queríamos é, entrar numa parte da entrevista agora que tem a ver é, com a particularidade de sua gestão, num certo sentido.

F.M - Ah, sim.

E.P - Então, nós queríamos é, tentar pensar isso perguntando primeiro ao senhor, que questões o senhor encontra como questões principais, candentes, quando o senhor chega no TST?

F.M - Olha, a jurisprudência da casa, me impressionava muito, a jurisprudência.

E.P - A jurisprudência...

F.M - Do TST.

E.P - Do TST, da casa.

F.M - Sempre é, muito, sempre impressionou muito. Você sabe que uma, a jurisprudência de um tribunal que tem por finalidade uniformizar o direito nacional, é sempre muito forte, uma jurisprudência muito forte, é um bloco. Uma rocha pura e que você dificilmente perfura, não é. Muito difícil, você tem que bater muito para tirar alguma, modificar alguma coisa. O TST, na época, era liderado por alguns ministros que tinham, francamente, uma tendência de direito, tinham francamente uma tendência de direito, isso eles mesmos não negam, não há como negar isso, uma tendência de direito. E nós chegávamos lá apanhando muito, alguns ministros chegaram lá tentando mudar isso e não havia possibilidade de mudança, a gente não via possibilidade de mudança. Por que não havia possibilidade de mudança? Porque entraram 10 em 1988, a constituição de 1988 tinha 10 cargos de ministro, mas quatro togados e seis classistas. Quatro togados não, espera aí, quatro juízes de carreira, um do advogado, cinco e um do ministério público, seis e quatro classistas, não é, e quatro classistas. O advogado que vai para lá geralmente é advogado de grandes empresas, habituados a umas determinadas teses jurídicas que interessam ao patrão.

E.P - Ah, tá.

F.M - Isso em qualquer tribunal, mas lá principalmente, a força do TST era muito forte, não é, junto ao Ministério da Justiça, ao governo. Se dissesse o ministro tal que veio para cá não presta, ele não era mais reconduzido não é, então ele fazia o que a liderança queria, era um voto dirigido, voto comandado, não é. Era um voto de comando, voto comandado. Como é que você pode, se você pode furar uma jurisprudência consolidada com um voto comandado, com um voto que não seja de comando, não há possibilidade disso, não havia possibilidade disso. Então foi o grande problema que nós tivemos lá, que eu, que eu via por lá. Me deu uma saudade enorme do tribunal do Recife, uma vontade enorme de retornar, que se eu pudesse eu ia embora de novo para Recife porque eu não posso suportar aquilo, não é, aquela coisa toda.

E o pior é o seguinte, é que você, aos poucos, vai se adequando um pouco àquilo, para ver se você cede aqui e tira dali.

E.P - É.

F.M - É uma coisa assim. Você quer ver uma coisa? Eu não sei mais... Eu estou...A memória já não ajuda tanto, mas os enunciados do TST, o enunciado da substituição processual. O enunciado da substituição processual, é um enunciado que você vai ver nele que ele tem até incongruências, incongruências, ele é um pouco incongruente. Ele diz uma coisa ali e lá no fim parece que ele está dizendo outra, cria uma certa dificuldade, não é, uma certa dificuldade, por quê? Porque aquilo foi feito através de questionário para todos os ministros, não é, o grupo, o meu grupo, eu me filiei a um grupo com alguns ministros classistas de empregados, não é, e que, ministro togado, ministro togado também, que me acompanhava e tal e fizemos um movimento para ver se modificava um pouco a questão, que eles não admitiam a substituição processual de jeito nenhum, e a outra coisa que eu me esqueci de falar da constituição de 1988 e, no entanto, eles não admitiam. O TST botou uma barreira intransponível para substituição processual, tirou aquele enunciado, que foi uma coisa e eu, eu estou, eu, será que eu estou... Não, o enunciado da substituição processual não, esse da substituição processual foi uma barreira mesmo que o TST colocou e todos nós fomos vencidos, eu fui vencido e todos vencidos. O enunciado que eu estou falando, perdão, é o da terceirização, da terceirização, você vai ver que o enunciado da terceirização é incongruente, ele diz uma coisa aqui e outra acolá, porque foi distribuído, foi na época que eles começaram a enfraquecer, eles se sentiram um pouco fracos, porque o TST começou a receber ministros novos, as ideias novas começaram a prosperar dentro da cúpula.

E.P - O senhor e esses outros três eram todos críticos? Digamos, a esse, a esse pensamento?

F.M - O Deidoli, o Deidoli um pouco, o Wilian Gurgel também, todos, e o José Luiz de Vasconcelos nem tanto, o José Luiz de Vasconcelos era muito uspiano, ele era a posição da USP, chegou lá com a, as ideias da USP, mudou muita coisa não.

E.P - E o que vinha pelo MP também tinha boas condições ?

F.M - Pelo M P...

E.P - E o advogado, ele já sabia?

F.M - Não. MP era meia, a meia, é a meia era, era o tribunal do Rio de Janeiro, que é um tribunal também que está muito comprometido não é, com a jurisprudência de direita, é tradicional, porque para não falar em direita e esquerda, a jurisprudência tradicional, ela estava um pouco comprometida, e não tinha muita coisa para dar. Mas outros ministros começaram a entrar, não é, no tempo, no curso do tempo, onde iam sair uns, os mais antigos iam saindo e entrando os mais novos e tal, aí então nós passávamos a ter um pouco mais de força, daí que nós tivemos alguma influência, alguma, não total, no enunciado da substituição processual, e esse que eu não me recordo o nome, não me recordo o número do enunciado...

E.P - Ah, não tem importância.

F.M - Eu acho que é 297, eu acho que é 297 mas não tenho, não tenho, não tenho certeza. Nós tivemos alguma influência naquele enunciado, na elaboração daquele enunciado, está entendendo? Alguma influência, algum tipo de influência, mas aos poucos a gente foi mudando e mudou plenamente quando eu fui presidente do TST, tenho honra de dizer isso.

E.P - É claro. A nossa pergunta estava aqui pronta porque todo mundo nos diz isso. Que foi com o senhor que mudou.

F.M - Tudo.

R.M - Do Iapoque ao Chuí.

E.P - Ao Chuí, todo mundo concorda e nós...

F.M - Aí eu passei a ter força.

E.P - Aí nós, é isso que nós queríamos então saber.

F.M - Eu passei a ter força e uma certa liderança dentro do TST é, então reuni todos aqueles ministros, nós não podemos continuar com essa jurisprudência, ou vocês mudam isso ou o TST vai acabar mesmo, vamos acabar mesmo

E.P - É, é como o senhor disse antes...

F.M - E digo, e disse mais a eles, eu prefiro ver o TST extinto ao TST continuar como está, prefiro vê-lo extinto, é muito melhor, como está é que não pode continuar. Aí então nós fizemos, em determinado momento, eu não me recordo, se você me perguntar a época eu não sei, mas tudo é fácil de se ver, nós fizemos a chamada Semana do Tribunal, Semana do Tribunal. Nós reunimos todos os ministros em grupos, foram três grupos distintos, um para jurisprudência, um para procedimentos, outro para legislação e começamos a rever tudo, acabaram com o enunciado da substituição processual, acabaram com artigo, acabaram com coisas que ninguém esperava que acabasse nunca, o da substituição processual é um deles, ninguém esperava que acabasse, e acabamos. Aí fizemos uma, olha, foi uma limpeza geral, uma faxina, nós fizemos.

E.P - E os tradicionais?

F.M - Eu usei essa palavra, mas depois fiquei arrependido. Lá no TST... [risos]

E.P - É verdade.

F.M - Faxina, mas é uma faxina mesmo, fizemos uma faxina. Aí mudávamos a jurisprudência, cancelávamos enunciado, fizemos tudo, tudo, tudo, tudo, resolvemos muita coisa, o TST passou a ser outro, eu tenho certeza disso.

E.P - Não, isso é um consenso.

F.M - Passou a ser outro completamente diferente. É claro, "ah, você fez isso", é claro, eles dizem eu fiz, mas eu fiz, eles dizem que eu fiz porque eu estava na presidência, mas os ministros é que fizeram. Eu tive foi a solidariedade deles, não é.

R.M - Mas que encontrou muita resistência também?

F.M - Ah, olha, olha, muita resistência, mas eu achei, eu achava uma coisa engraçada, a resistência, tinha muita resistência, um ou outro resistia e tal, mas te digo, mas eu achei graça porque a grande resistência foi daqueles antigos ministros que advogavam [INAUDÍVEL].

E.P - Ah, sim.

F.M - Ah eles diziam "Mas não pode, você está acabando com o TST". Eu dizia "Vamos acabar, vamos acabar, essa é a nossa intenção, vamos acabar, pelo menos com o seu TST nós vamos acabar". Aquele não prestava e mudávamos tudo, o TST hoje tem outra, outro nível de decisão.

E.P - Isso mexeu com a organização do tribunal, assim, em termos de funcionamento também ou mais, realmente, os princípios?

F.M - Não, a jurisprudência, os procedimentos, a proposta de legislação que nós fizemos, não é, foi muito forte, nós fizemos muita coisa. Na verdade, muito dessas coisas dessa matéria, antes mesmo de eu assumir a presidência, nós já vínhamos defendendo, porque quando Wagner Pimenta⁹ era presidente estava muito, estava no auge a questão da Reforma do Judiciário, e um dia eu conversando com o Wagner disse "Wagner, vamos ao congresso, vamos resolver esse problema, colocar nossa posição junto aos congressistas, senado e câmara, o que é que nós pensamos que deve ser feito". E fomos para o congresso, quando nós chegávamos no congresso, fomos recebidos por um sujeito que foi muito nosso amigo, era um homem muito questionado, polêmico, mas muito nosso amigo, que era o Bernardo... o homem que dançou com o José...

⁹ Wagner Pimenta foi presidente do TST de 1998 a 2000.

R.M - Bernardo Cabral¹⁰.

F.M - Bernardo Cabral , é Bernardo Cabral, não é, era senador, e Bernardo Cabral nos abriu as portas do Senado, aí no fim ele disse “É, vocês têm de fazer mesmo documentos para o senado, encher o Senado com os documentos dizendo o que é que vocês pretendem. Agora, não escrevam nada difícil não, porque aqui tem mais bandido do que professor, do que doutor, tem muito mais bandido aqui no congresso - e parece que ele tinha razão, não é - do que doutor tem muito mais". Está certo. Aí nós inventamos uma chamada cartilha, fizemos as cartilhas, chamadas cartilhas, várias cartilhas foram feitas em torno do que nós pretendíamos para a Justiça do Trabalho. Eu redigi essas cartilhas, todas elas, Wagner assinou todas elas, nunca me questionou nada, inclusive a que deu mais restrição da representação classista, foi feita por nós, lá, Wagner assinou e tal, sem nenhum problema. E no dia da votação da decisão da representação classista, que foi antes da reforma, todos os deputados, senadores estavam lá com a cartilha na mão não é, [INAUDÍVEL] interessante estavam lá, e nós fizemos tudo, toda competência da Justiça do Tra...

E.P - Cartilhas específicas para os congressistas?

F.M - Específicas para os congressistas sobre vários pontos, vários pontos. Porque a Justiça do Trabalho, [INAUDÍVEL] do TST, a jurisprudência trabalhista, a legislação, tudo, tudo nós fizemos, essas cartilhas estão no TST, se vocês quiserem ter acessos a elas, inclusive em cópias, vocês procurem a doutora Viviane.

E.P - Doutora Viviane...

F.M - Foi minha chefe de gabinete no... E hoje trabalha...

R.M - Doutora o quê?

F.M - Viviane, Viviane Maia, foi minha chefe de gabinete e hoje é, trabalha diretamente com o Vantuil na presidência, não é. Ela me telefonou há poucos dias dizendo "Ministro eu quero

¹⁰ Bernardo Cabral exerceu seu mandato de Senador no período de 1995 a 2003.

lhe dar uma notícia". "O que é que ouviu?" "Vantuil perguntou a mim, me chamou e disse, o Viviane o TST teve alguma influência na elaboração dessa reforma na parte do Direito do Trabalho, da Justiça do Trabalho?"

E.P - Imagina...[riso]

F.M - Aí Viviane disse "Eu não vou procurar, tem algum documento, aí pegou-se na cartilha e disse ministro estava tudo lá, tudo que foi feito na reforma está lá nas cartilhas não é. Nós fizemos isso. Aquilo já era um primeiro caminho, uma abertura para a gente mudar essa, essa coisa, mudar o TST não é, é uma abertura muito grande, ali já se desenhava o que é o juiz do trabalho, a gente já desenhava uma coisa muito..."

E.P - O senhor não, ainda não era nem corregedor?

F.M - Não.

E.P - Nessa altura?

F.M - Não, não, era Wagner...deixe ver, eu era corregedor? Eu estou em dúvida, era Wagner o presidente, o vice-presidente era Pazzianotto, eu era corregedor.

E.P - Era corregedor, exatamente .

F.M - Eu era corregedor, já era corregedor na época.

E.P - Essa experiência de corregedor, mesmo considerando corregedor do TST, não é, [INAUDÍVEL] tribunal que é o tribunal superior, é uma, na verdade, uma experiência de contato maior com os juízes ou, ou no caso do TST é diferente?

F.M - Não, o TST é [INAUDÍVEL] os tribunais não é, na maioria dos episódios se preocupa mais com os tribunais e seus juízes, evidente.

E.P - É, pois é.

F.M - Mas é uma coesão que não convence muito, não é, não, não convencia muito. É claro que ela convencia da seguinte maneira, se eu dissesse, anunciava, passava, mandava um telegrama para cá, do Rio Grande do Norte, vou fazer correção no dia tal às tantas horas, eu passava isso um mês antes, a programação estava feita, o calendário pronto, o que é que acontecia? Todos os juízes do Rio Grande do Norte procuravam colocar o serviço em dia, então faria por isso. [Risos]

E.P - Essa é uma boa estratégia.

F.M - Quando eu saía ... quando eu ia embora ...

E.P - Mas pelo menos uma vez por ano a coisa melhorava.

F.M - Mas isso não é só aqui não, isso era em São Paulo, aconteceu isso, Minas Gerais, no Amazonas, todo lugar acontecia isso ...

E.P - Vai chegar o corregedor

F.M - ...aí botava tudo em dia e tal, chegava, já sabia. Eu era... Eu sou um homem um pouco diferente do [INAUDÍVEL], meu amigo [INAUDÍVEL], que hoje é corregedor, é forte, bravo, não é, tem, tem, tem formação castrense, eu era um pouco diferente, então sempre dizia ao pessoal que ia comigo "Se encontrar alguma coisa errada, me diga que eu vou falar com o juiz, ele conserta e não precisa botar em ata [risos]. Ele conserta, vai corrigir e vamos resolver". Eu sempre fazia isso. Mas uma excelente experiência como corregedor, quando como corregedor mesmo que eu fiz essas cartilhas, eu estava em dúvida, mas foi.

E.P - Pois é.

F.M - Porque Wagner era presidente, Pazzianotto o vice e eu corregedor. Aí eu fiz todas essas cartilhas que vocês vão... uma linguagem bem simples, como disse, como propôs, e

feito tudo às pressas e tudo correndo não é, fazia correndo não é, fazia correndo porque o TST estava atrasado.

E.P - Volume de trabalho.

F.M - O STJ estava com tudo lá já pronto e nós não tínhamos nada. Então nós fizemos tudo correndo, vamos fazer tudo correndo, não quero saber se está bem feito, se não está, eu quero que a gente mande o recado.

R.M - É.

F.M - Entrega o recado ao... Aí fizemos aquilo correndo de modo que foi uma coisa muito boa, porque a Justiça do Trabalho ganhou. A competência da Justiça do Trabalho está toda lá.

E.P - Isso é que eu ia dizer. A questão da competência já estava lá.

F.M - Estava toda lá nas cartilhas, colocamos tudo nas cartilhas.

E.P - E aquela... O que aconteceu com aquele texto que toca o poder normativo, aquilo ali está mal redigido, a [INAUDÍVEL] do acordo, o acordo...

F.M - Não, olha, olha, o que acontece... Com o poder normativo eu tomei uma posição, eu vou lhe contar que não era a posição no meu coração, a gente nunca toma não é, nem sempre a gente pode fazer o que quer. O que aconteceu foi o seguinte, eu estava lá na presidência do TST quando fui procurado por Oswaldo Bargas [dúvida].

R.M - É Bargas.

F.M - Que é o coordenador lá do negócio...

R.M - Do fórum.

F.M - Do fórum, não é?

R.M - Do fórum, é.

F.M - Fui procurado por ele, pelo professor, como é o nome dele? O professor é um excelente sujeito, eu tenho muita admiração por ele, intelectualmente muito bom, mas não me lembro o nome dele. Uns dois ou três, eles me procuraram para "Ministro nós viemos procurar o senhor para saber sua opinião sobre o problema da competência da justiça do trabalho em matéria de dissídio coletivo. Ora, na época nós vivíamos o clima de extinção da justiça do trabalho, então você vê que eu era movido por um, por um único propósito: evitar a qualquer custo a extinção da justiça do trabalho é, evitar... traz um cafezinho e água para a gente. Ah, está aí já? Está bom... Evitar, evitar o problema, essa coisa. Aí, ele foi e me disse "A nossa proposta é essa". Qual era a proposta deles? Só viria dissídio coletivo quando os dois quisessem não é, a Justiça do Trabalho então seria acionada, em outro caso a Justiça do Trabalho seria acionada e tal, tal. Então eu via sempre a participação da Justiça do Trabalho, em uma hipótese ou em outra, diferente do que é hoje, mas em uma hipótese ou outra, eu via a participação da Justiça do Trabalho, era aquilo que me interessava na hora, não é, salvar a Justiça do Trabalho com a participação dada por reforma constitucional imediata, atualizada. Pode servir, vão se servindo aí.

E.P - Ih, [INAUDÍVEL] um lanche, melhor parar ?

F.M - Querem parar? Vamos parar um pouquinho.

E.P - Paramos para tomar um cafezinho? Não, o senhor continua, o senhor continua...

F.M - Não, eu não vou tomar, não, viu?

E.P - Aí, na verdade defender isso era estratégico.

F.M - Exatamente. Então é... Tanto que Luciano estava presente, Vantuil estava presente, mais uns quatro ministros. Aí quando eles saíram Luciano "Eu fiquei Fausto sem palavras,

sem ter o que dizer, você concordou, eu disse "Concordei por isso". Porque o que me interessa é isso, é salvar a Justiça do Trabalho, e eles estavam dando participação da Justiça do Trabalho nesse processo, porque pessoalmente eu sou absolutamente favorável ao dissídio coletivo, eu sei que há opiniões contra e boas, mas eu sou absolutamente favorável ao dissídio coletivo. Talvez por minha experiência no Recife, onde nós fizemos alguns movimentos que marcaram época, como, por exemplo, através das tarefas que eu citei, não é. Então, não obrigado, eu sou, eu sou absolutamente favorável ao dissídio coletivo, mas plenamente favorável, acho que resolveu. Em Recife, na época de dissídio coletivo, geralmente morria gente de um lado e do outro, morria gente, fatalmente morria gente de um lado e do outro, quando a Justiça do Trabalho decidia acabava a questão, todo mundo se concordava e acabava a questão. Então eu acho que era fundamental isso e acho que os patrões é que vão achar ruim essa história, não é, de só haver dissídio coletivo com a participação de dois, com a concordância dos dois, porque quando eles começaram a fazer greve em São Paulo, uma greve para valer mesmo, uma greve tipo greve mesmo não é, o que é que vai acontecer, não tem justiça do trabalho para resolver, eles vão ter que negociar, e a última coisa que o empregador no Brasil gosta é de negociar. Eles falam muito, é bom negociar, é bom negociar, mas não gostam não, eles não gostam de negociar, não gostam mesmo. Eles gostam da Comissão de Conciliação Prévia, por que é que eles gostam de Comissão de Conciliação Prévia? Porque a Comissão de Conciliação Prévia despreza os direitos trabalhistas, só pensa na oportunidade de pegar um, alguns tostões ali e entregar ao trabalhador para ele comer ou fazer uma farra, nada mais, eles só pensam nisso. Você quer ter uma ideia, eu tive um pouco de atrito com o presidente da Confederação Nacional do Congresso, em Brasília, e fui convidado, quando eu falei, fiz a denúncia das Comissões de Conciliação Prévia, fiz pela imprensa, que os conciliadores estavam ganhando quarenta, cinquenta mil reais por mês, tirando do trabalhador, quarenta, cinquenta mil, eu achava isso um absurdo. Fiz essa denúncia. No dia seguinte eu recebi a visita do Paulo... esqueci agora, ministro do trabalho, era Paulo... não lembro mais não.

E.P - Paiva, não é?

F.M - Paulo, é uma coisa assim, eu não sei se era Paiva, ele foi bater no meu gabinete para dizer que o presidente estava estarecido com a denúncia e que no dia seguinte o presidente

faria um pronunciamento e que mandou que ele tomasse providência, certo. No dia seguinte o presidente falou, mas falou sobre o salário, que era o, durante dois, cinco, dois, três minutos e falou durante uma hora elogiando as comissões, não adiantou muito, não adiantou muito, era Fernando Henrique Cardoso.

E.P - É

F.M - E eu fui convidado dois, três dias depois, convidado no gabinete do ministro para tratar da questão das Comissões de Conciliação Prévia. Quando eu cheguei lá o ministro, sentei ao lado do ministro e lá na frente estava o presidente da Confederação Nacional do Congresso, que eu nem sabia que estava lá, e o ministro então passou a palavra para mim, "[INAUDÍVEL] constatando é isso, então, se as comissões estão assim elas têm que ser extintas, ou melhoram ou tem que ser extintas, ou há uma regulamentação ou elas devem ser extintas". Foi isso que eu disse. O presidente da confederação foi falar depois e me rebateu com, arisca, não é [INAUDÍVEL]. Aí eu disse "Olha o senhor fale assim lá para os seus empregados, eu não sou empregado aqui não, não estou aqui como empregado não, e eu mantenho o que disse e digo mais". Aí disse mais o que eu não tinha dito, reforcei toda aquela ideia. Pois bem, eles ficaram... O que é que aconteceu? Nasceu dali um documento besta, que dizia que não podia haver isso, não podia ser tirado percentual sobre a coisa, mas não, não estabelecia nenhuma penalidade para quem fizesse isso, não combinava pena para quem fizesse isso, quem tratasse a coisa assim, não adiantou nada.

E.P - Quer dizer, eles geriam a...

F.M - Como quisesse.

E.P - ...a conciliação sem qualquer limite.

F.M - Não, sem qualquer limite. Eu fui, eu fui convidado para fazer uma palestra para os trabalhadores na minha gestão na presidência do TST. Se fosse 1964 eu estava preso, saía de lá preso, mas não era mais 1964, eu fui convidado pelos trabalhadores da metalúrgica de São Paulo, lá de São Bernardo, para fazer uma palestra lá para eles, conversar, participar de um

movimento. Eu fui para lá e depois da palestra eles me chamaram para olhar as comissões que eles têm, de fato são ótimas as comissões deles, funcionam plenamente, se todas funcionassem daquele jeito, mas tudo depende de quem quer.

E.P - É

F.M - Se eles querem que funcione assim, funciona, se eles quiserem que funcione de outra maneira, funciona, da maneira errada, também.

E.P - Por isso que tem que ter controle.

F.M - Tem que ter um controle, não tem para onde correr, tem de haver um controle de qualquer maneira e ele não está, não permitiu esse controle em hipótese nenhuma. A Comissão de Conciliação Prévia é uma coisa que tem, infelizmente hoje está [condicionalizada], está na [condição], está, infelizmente, está na [condição]. Foi um equívoco enorme, porque elas têm de ser regulamentadas ou não podem continuar existindo, não podem continuar existindo. É muito diferente, eu me lembro muito, quantas vezes como juiz do trabalho de primeira instância, quantas vezes eu recusei homologar acordo, recusava simplesmente, dizia "eu não homologo esse acordo porque é prejudicial ao empregado". E eles pouco estão ligando para isso, eles não estão ligando para isso, então, então, ela, na verdade, ela não presta, e isso vai dar, com licença, não pode usar, eu vou continuar falando, isso vai dar uma confusão muito grande ainda, isso vai dar uma confusão muito grande porque estão acabando com os direitos dos trabalhadores, a comissão é uma coisa infame para o processo trabalhista. Só um minutinho deixa eu ver aqui.

E.P - Fique à vontade, faz uma pausa.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

F.M - Eu debati também as cooperativas de trabalho, nós temos boas cooperativas de trabalho [INAUDÍVEL], não valem nada. É uma simulação, mera simulação para evitar a constatação da relação do emprego. Tanto assim que na conferência da OIT, eu estava por lá

com a seção que tratava das cooperativas de trabalho, com o ministro Ives Gandra e o pessoal, aliás, quando eu cheguei Ives Gandra já estava nessa posição, que a delegação do governo, que é a do Ministério do Trabalho, pediu a Ives Gandra que falasse pelo ministério que elas tinham de sair para qualquer coisa, para fora, e Ives Gandra ficou lá. Eu não confio muito em Ives mas Ives foi ótimo [risos], Ives foi ótimo, por quê? Porque quando chegou lá na comissão na, lá na coisa eu Ives Gandra pediu para colocar lá um dispositivo, dizendo que se o juiz constatasse que era falsa a cooperativa daria [plena relação] de emprego. Foi uma gritaria enorme do pessoal do Brasil, presidente da confederação não sei de quê, dos empregadores, estavam lá e fizeram um barulho danado, e o pessoal ficou olhando, mas e o que é que o senhor, meu presidente, o que é que o senhor tá achando ruim? Não é assim não, o senhor quer que uma falsa cooperativa trabalhe contra o trabalhador, opere contra o trabalhador? Não pode. Quer dizer, eles ficaram encabulados, mas é exatamente isso que eles querem no Brasil, não é?

R.M - É...

F.M - Daí que eu fiz também um congresso sobre cooperativa de trabalho, um belíssimo congresso sobre cooperativa de trabalho que deu bons resultados.

E.P - Isso já presidente?

F.M - Como presidente. Eu fiz três congressos, um sobre flexibilização, um sobre cooperativa de trabalho e outro sobre direitos humanos... direitos humanos.

E.P - Isso em dois anos, três congressos, não é?

F.M - Em dois anos, três congressos. Dois internacionais, na verdade foram os três internacionais, porque da cooperativa veio gente de lá da Europa também e foi muito bom, mas esse da flexibilização e o do...

R.M - Dos direitos humanos.

F.M - Dos direitos humanos foi ótimo. Combati também como presidente.... Eu estou falando demais agora.

E.P - Não, não está falando, ainda tem pergunta ...

R.M - [INAUDÍVEL]. Estamos adorando.

F.M - Combati também o poder da flexibilização, combati muito a flexibilização, aquele projeto de Fernando Henrique Cardoso que dizia que o convencionado não é, devia ser...

E.P - Negociado, prevalecido.

F.M - ...sobreposto sobre o legislado. Então aquilo eu combati demais, porque nós não temos sindicatos fortes para isso, para fazer esse tipo de coisa. Citava até o sindicato de minha cidade de Areia Branca. Cidade tão... Um sindicato de trabalhadores de salina, que é tão pobre que chamam o sindicato do carrapicho [risos], e o sindicato das empresas é o sindicato de multinacionais, disse como é que esse povo vai dialogar? É possível o diálogo entre escravo e senhor?

[FINAL DA FITA 2-A]¹¹

F.M - Não me lembro da data, mas foi um congresso que obteve absoluto sucesso da flexibilização, sucesso total, absoluto. Na verdade, o que nós ouvíamos lá de todos os conferencistas "No meu país foi tentada a flexibilização e deu nisso, deu nada, nada, resolveu nada, criou problema para os trabalhadores de toda natureza. Acabou com a legislação argentina, acabou com direito trabalhista da Argentina, acabou com toda a parte". Foi isso que nós ouvimos por lá. E um detalhe interessante que não foi no congresso, foi do meu gabinete, mas com a presença de todos os conferencistas da Europa, [INAUDÍVEL] da Europa, Luciano Castilho estava por lá e perguntou a eles "Como é que vocês fazem para executar a dívida do poder público, dívida trabalhista do poder público, como é que vocês

¹¹ A fita 2-A não foi gravada integralmente.

fazem lá? Qualquer [dívida] [INAUDÍVEL], mas nós queremos saber as trabalhistas. Aí um olhava para o outro, não entendia não é, até que um falou “[INAUDÍVEL] não estou entendendo, por quê?” “Aqui no Brasil é, é que nós temos precatório” “Precatório?”

E.P - Não tem precatório, não existe precatório.

F.M - Mas não é, só tem no Brasil, arranjaram um precatório no Brasil para não pagar, criaram o estado caloteiro, definitivamente.

E.P - É, é

F.M - Não paga mesmo. Eu... E isso à margem do congresso não é, não foi no congresso, mas foi aí, essa flexibilização, cooperativa então, flexibilização, cooperativa de trabalho não é, as comissões de conciliação prévia, tudo foram objetos de muitas críticas, que a presidência do TST não deu tempo. Agora, eu tive um trabalho, uma bandeira na presidência do TST que foi o combate ao trabalho escravo.

E.P - É, isso é que nós íamos lhe perguntar agora...

F.M - Combate ao trabalho escravo, que aconteceu ...

E.P - E como é que começa isso?

F.M - Eu tinha, olha, eu não tinha nem assumido definitivamente a presidência, porque Pazzianotto...

E.P - É?

F.M - ... requereu a aposentadoria, eu era o vice e assumi e convoquei eleição quando eu fui eleito, quando eu fui eleito, depois tomei posse. Eu recebi uma comissão composta por um representante da pastoral da terra, um representante do ministério público, um representante da OAB, um representante da OIT, foram no meu gabinete, e me falaram sobre trabalho

escravo, que eu ia falar, sim, uma coisa, uma coisa muito [remota], mas eles me disseram o que estava acontecendo em matéria de trabalho escravo no Brasil, sobretudo do sul do Pará, onde Frei Henry¹² [INAUDÍVEL], que também foi, estava presente no meu gabinete, Frei Henry trabalhava, eu fiquei impressionado com aquilo, fiquei impressionado. Eles me contaram coisas terríveis, contaram, por exemplo, que eles, que encontraram nas imediações de algumas fazendas ossadas humanas, que eles atribuem a trabalhadores escravizados, trabalhadores que foram sacrificados ali e enterrados por lá nas imediações, eles atribuem isso, coisas terríveis eles me contaram, então eu disse “Olha, eu vou ajudar vocês, queria que eu tomasse conta, que eu fizesse isso, eu vou fazer tudo, e mais alguma coisa, tudo que eu puder fazer, garanto como toda a força do Tribunal Superior do Trabalho estará comprometido com essa campanha”. Aí a televisão foi, me procurou, mesmo, na mesma tarde, soube que eu tinha recebido essa visita e tal, foi para lá, não me recordo qual foi a TV, não foi a TV Justiça, eu acho que foi a Record, mas não tenho bem certeza, e eu dei uma entrevista bombástica dizendo que estava havendo isso no Brasil e disse que não era possível que se tinha, tinha de resolver esse problema, aí começou o problema do trabalho escravo não é, começou a partir daí e eu não tive mais sossego, não é?

E.P - Aí não teve mais sossego.

F.M - Não, não tive mais sossego. Eram denúncias e mais denúncias, trabalhadores que iam em meu gabinete, prestavam depoimento lá diante [INAUDÍVEL] alguns, dizendo como foram escravizados, escravizados, podia até pedir a Viviane um desses depoimentos lá, ele foi escravizado dentro da, menino ainda, já estava ali homem feito, sempre trabalhou sem nada, sem direito nenhum, conseguiu fugir. É uma coisa terrível, o trabalho escravo é uma condição que existe no Brasil, uma condição de trabalho que existe no mundo todo, mas que no Brasil é mais grave do que em qualquer parte do mundo, porque nós somos um país muito grande e não temos dominação total de todas as situações sociais trabalhistas no país, quem é que pode dominar a situação na Mata Amazônica, não é? Ninguém pode, eles fazem isso com perversidade, com instinto de perversidade, fazem isso da maneira cretina, por exemplo, eles não escravizam índios, porque os índios conhecem os caminhos da floresta e correm.

¹² O entrevistado possivelmente está se referindo a Frei Henry Des Roziars, da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara, no sul do Pará.

E.P - E fogem.

F.M - E fogem, eles escravizam pessoas que eles levam sobretudo do nordeste e do centro-oeste .

E.P - Não tem coragem de se embrenhar na mata.

F.M - Não, não, aí os outros [INAUDÍVEL] não sabe sair, chegam lá eles não sabem sair, não sabem sair, é uma situação terrível.

E.P - [INAUDÍVEL]

F.M - Exato, é uma situação terrível aquilo, olha é uma coisa da gente ter pena, da gente ter pena...

E.P - O senhor chegou a ir, a ir em alguns [INAUDÍVEL]?

F.M - Não, mas mandei ministros, o Lelio Bentes foi lá, o Lelio foi um que teve uma participação muito grande na OIT na luta dos trabalhadores, é uma pessoa que vocês devem, se puder falar com ele, indo à Brasília fale com ele.

E.P - Ainda é ministro ?

F.M - Ainda é ministro, é o mais jovem ministro do TST, o mais jovem. O Lelio...

E.P - Foi quem ajudou o senhor nisso?

F.M - E ajudou muito, o Lelio tem uma participação muito grande em toda essa... se comprometeu comigo de maneira muito desassombrada porque ele já vinha de campanhas assim, durante o tempo em que ele...

E.P - Ele é de onde ?

F.M - Do ministério público.

E.P - Ah, do ministério público.

F.M - Eu tenho minhas dúvidas se ele não seria do Rio de Janeiro, mas não tenho certeza.

E.P - É?

F.M - De onde é ele.

E.P - É, eu não estou lembrando não.

F.M - Não sei se ele é Brasília, ele é muito jovem, pode ser até de São, de Brasília tão jovem que ele é, mas eu não tenho certeza, mas ele vinha da OIT como de, como procurador, ficou à disposição da OIT para qualquer coisa, e lá ele participou de várias dessas campanhas por direitos humanos, então, ele se entusiasmou com isso, quando chegou me encontrou fazendo essa coisa, aí se entusiasmou e me deu apoio total, ele viajou, foi para todo canto...

E.P - O trabalho escravo então é na virada da sua substituição ao Pazzianotto para sua eleição?

F.M - Sim, a partir daí, foi a partir daí, é a partir daí, a partir da época em que eu assumi a presidência do TST...

E.P - Quer dizer, isso é dois mil e um, dois mil e um...

F.M - Dois mil e um.

E.P - Para dois mil e dois.

F.M - Fim de dois mil e um, é começo de dois mil e dois não é, porque eu assumi a presidência em abril de dois mil e dois.

E.P - Dois mil e dois.

F.M - Foi no começo em fevereiro.

E.P - É que nós encontramos o senhor em maio de dois mil e quatro o senhor tinha saído.

F.M - Foi em fevereiro de dois mil e dois, mais ou menos, que eu assumi a presidência eventualmente, em abril definitivamente não é, a presidência, passei dois anos na presidência.

E.P - E essa foi uma bandeira...

F.M - Foi uma bandeira muito, uma bandeira que eu levantava com muito prazer, que correspondia muito ao que eu pensava.

E.P - E que surtiu efeito, não é.

F.M - Muitos efeitos. E por conta disso o homem a quem eu que disse que tinha sido, de quem eu disse que tinha sido vítima do estelionato eleitoral me deu um prêmio de direitos humanos.

E.P - [Riso].

F.M - Eu recebi no palácio do planalto o prêmio e lá ele me chamou de meu querido [risos], a primeira vez quase não falava comigo.

E.P - [INAUDÍVEL]apertou sua mão secamente.

F.M - Secamente, é um negócio assim acintoso ...

E.P - Que coisa não é.

F.M - Aí me recebeu muito bem, me deu prêmio de direitos humanos, fez toda aquela coisa, está aí o prêmio, tenho aí.

R.M - Beleza.

F.M - Está lá na frente, está lá na frente.

R.M - E qual o papel do Ministério do Trabalho, quer dizer, as delegacias, as inspetorias não, não inspecionam nada, quer dizer.

F.M - Não, o Ministério do Trabalho faz um belíssimo trabalho contra o trabalho escravo, eles têm um núcleo de grupo que eu não sei como é o nome que eles chamam, grupo de trabalho [INAUDÍVEL].

E.P - Mas a partir dessa sua movimentação...

F.M - Sim

E.P - Ou já fazia?

F.M - Não, eles já vinham fazendo, mas de maneira muito modesta e muito difícil.

E.P - O senhor deu uma força, não é?

F.M - Quer ver uma ideia, quer ter uma ideia do que acontecia com o ministério público? Eu estava aqui em Natal de férias, ou em um fim de semana qualquer que eu vim aqui passar uns dois ou três dias, e recebi uma delegação de fiscais do Ministério do Trabalho que eventualmente estavam em Natal. Eles souberam que eu estava aqui e vieram me procurar [INAUDÍVEL] trabalho escravo e vieram me procurar, aí eles disseram o seguinte “Ministro, nós fazemos, fazíamos parte de um grupo de trabalho - tem um nome que eu não me lembro

mais o nome, como é o nome que eles dão, que combatem o trabalho escravo, de investigação e tal de combate ao trabalho escravo, ele liberta os trabalhadores, fazem aquela coisa toda, e bem que essa libertação, entre aspas, não vale muito. Ele liberta aqui, vai embora, o trabalhador mesmo volta porque não tem outro emprego, é uma questão social, uma questão de desemprego, falta de emprego no Brasil também, agora a questão do trabalho escravo no fundo é essa. E ele diz “Nós trabalhávamos nisso, trabalhávamos nisso, então o senhor começou essa campanha violenta lá, [INAUDÍVEL] estado do Pará, para todo canto, sabe o que eles fizeram? Cortaram as diárias e a gasolina, que não pode mais isso, o Ministério do Trabalho fez isso”. Eu disse “Como?” “É, o Ministério do Trabalho fez isso, não temos mais nem diárias nem temos mais gasolina, não dão mais nada, tiraram todas as condições da gente viajar”. O grupo, eu estou danado que eu não me lembro o nome da coisa aí, pois bem, eles me disseram isso, aí eu disse “Olha, eu vou pedir uma coisa a vocês, vocês põem isso tudo em um papel, não precisa assinar, põe no papel o que aconteceu, que eu vou tomar uma providência”. Eles botaram em um papel e me entregaram “não quero que vocês assinem, não vão se comprometer, vão ser dispensados, se eles estão fazendo isso”. Aí mandei para Folha de São Paulo, eu dizia à Folha de São Paulo, eu recebi essa denúncia de pessoas que merecem muito, queria que vocês investigassem, se fosse o caso, publicasse. A Folha de São Paulo investigou, publicou e não deu em nada.

E.P - Ai que pena! O Ministério do Trabalho nem se fez de achado...

F.M - Absolutamente nada. Foi uma palestra ainda no governo Fernando Henrique, fiz uma palestra sobre trabalho escravo, uma mesa redonda sobre trabalho escravo, na qual estava o ministro da justiça, quem era o ministro da justiça na época? Não me lembro mais quem era de Fernando Henrique, estava lá o ministro da justiça, e falando lá o, o falando lá o ministro da justiça... Eleziane vem cá Eleziane, ainda tem água aqui?

E - Tem, tem água aqui.

F.M - Mas está gelada, vocês querem água mais?

E.P - Não.

F.M - Querem mais alguma coisa? Aí me chamaram, fui a porta, “Não, venha cá ministro, presidente, presidente, eu quero uma entrevista sua, uma declaração”. O que é que há? O ministro fulano de tal, ministro da justiça, quem era o ministro da justiça do Fernando Henrique, não me lembro mais?

E.P - [INAUDÍVEL].

R.M - [INAUDÍVEL]

F.M - Como passa o tempo, não é?

E.P - [INAUDÍVEL]

F.M - Como o poder é efêmero, não é, a gente até esquece o nome das pessoas.

R.M - É, pois é .

F.M - Pois bem, aí o que é que há de novo, ele me disse, olha o ministro da justiça acabou de dar uma entrevista...

E.P - Ah foi aquele, Gregório, Gregório, Gregori.

F.M - Não, não era aquele não, acabou de dar uma entrevista dizendo que são três mil trabalhadores escravizados no Brasil. Eu disse de onde é que ele tirou essa estatística? Porque...

E.P - É, pois é.

F.M - Porque o minis... a pastoral da terra disse que são vinte cinco mil, a OAB disse que são trinta e eu acho que são cinquenta, ou mais, mais de cinquenta mil, de onde é que o ministro da justiça tirou essa...

E.P - É

F.M - Essa estatística? É bom a gente ver, testar, conferir para ver, quer dizer, eles procuravam esconder o problema, jogavam o lixo para debaixo do tapete, essa que era a verdade, jogavam o lixo para debaixo do tapete, não queriam conversa. Enfim, por conta de todas essas coisas você vê que o nosso trabalho contra o trabalho escravo não era uma coisa fácil. Quer outra, quer ter outra ideia, outra ideia que me decepcionou profundamente, o representante da OIT no Brasil, eu fui, para essa palestra que eu fui convidado, o representante, era promovido pelo Ministério da Justiça e pela OIT, esse encontro lá no STJ, eu fui procurado no meu gabinete pelo, pelo, pelo, me pediu audiência o representante da OIT, como é o nome dele? Até esqueci o nome dele, mas esse eu não quero lembrar não. Ele sentou-se ao meu lado e começou a conversar comigo e disse “É, nós estamos um pouco preocupados com o que passa acontecer, porque o governo não pode ser atingido, agredido...”, enfim, ele estava me dando um recado, que eu fizesse meu discurso light, meu pronunciamento fosse bem light.

E.P - Ou seja...

F.M - Fosse muito light não é.

E.P - Ele tinha clareza de que havia o problema, mas...

F.M - Exato. Aí esteve é... Eu fui procurado, eu recebi um telefonema de Paris, de Genebra, do professor, também esqueci o nome dele, mas daqui a pouco eu me lembro, que é o diretor dessas novas internacionais e tudo mais. Ele vinha a Brasília e queria uma audiência comigo, “No dia tal eu estarei em Brasília”, eu disse “Olha infelizmente estarei em São Paulo”, ele disse “Não, eu vou para São Paulo então”, “Está bem”. Aí eu fui pra São Paulo, fiquei até naquele hotel Macksoud, Macksoud [INAUDÍVEL] assim, não é. E ele então, lá me prepararam uma sala, para eu recebê-lo, eu recebi ele e outras pessoas, ele me convidou para fazer palestra, em Turim, que ele queria que eu fosse lá fazer palestra, agora eu disse “Eu não vou, eu não vou porque o combate ao trabalho escravo está começando agora, a ganhar corpo,

então se eu for para lá, é para falar mal do governo brasileiro, eu não vou falar mal do governo brasileiro lá em Turim ou [INAUDÍVEL], não dá certo não”. Mas o fato é que ele mandou um cinegrafista fazer uma entrevista comigo, como essa que vocês estão fazendo, só que sobre o trabalho escravo. E eu falei muito sobre o trabalho escravo, disse muitas coisas, pois bem, eles fizeram a matéria sobre o trabalho escravo não botaram a minha entrevista, aí tem.

E.P - Que isso!

F.M - Não botaram a minha entrevista, minha entrevista não entrou.

E.P - Porque a sua era mais crítica. Provavelmente.

F.M - Crítica, criticava, claro que eu criticava, e muito, eu contava tudo isso.

R.M - É, muito complicado...

F.M - Abertamente. Vai ver que é um negócio meio complicado meio difícil, não é. Não é fácil não, não é nada fácil. [INAUDÍVEL] “foi só a maneira que você pegou e lutou contra o trabalho escravo, de modo, de modo acadêmico”. Não, não foi de modo acadêmico, foi de modo realista, enfrentamos a realidade dura, que é essa realidade.

E.P - Esse, esse seu esforço teve continuidade?

F.M - Quando Vantuil Abdala assumiu, ele fez vários pronunciamentos contra o trabalho escravo. Não sei as ações dele, isso eu confesso que, eu acho que nem tem mais, não era mais época de ações não é, o que tinha que ser feito eu fiz. Nem era, nem era mais época de ações. Você quer ter outra ideia do que aconteceu com o trabalho escravo? Eu recebi um convite do Ministério do Trabalho, porque quando eu falei sobre o trabalho escravo na televisão, eu não sei se foi Globo ou Record, não sei qual foi, eu falei, então eu disse o seguinte, que ia criar as varas itinerantes do trabalho para combater o trabalho escravo no Sul do Pará, no Sul do Pará, no Pará, na região norte. Ia, ia fazer, ia criar essas varas de trabalhos itinerantes. Então o

Ministério do trabalho, recebi um convite do Ministério do Trabalho, do Ministério do Trabalho, para fazer uma, para dar uma explicação, queriam fazer uma reunião para eu dizer o que era isso, como era isso. O que é que eu fiz? Mandei dois assessores meus, eu disse “Eu não vou”, mandei dois assessores meus, pelo menos vai lá fazer essa, essa exposição. Eles foram, quando eles chegaram lá, eles disseram o seguinte “Bom, eu quero que o senhor me entregue, dentro de uma semana nós faremos outra reunião aqui, me entregue um projeto sobre as varas itinerantes de trabalho”. Mas uma semana? Muito pouco, mas o assessor voltou e disse “Olha presidente - porque eu estava viajando eu estava em São Paulo, quando eu voltei de São Paulo ele disse “Aconteceu isso”. E eu disse “Vamos fazer, e dois projetos, eu quero um projeto de vocês e vou ligar para o Pará pedindo o projeto deles que eles conhecem a realidade local, eles fariam um projeto mais adequado”. Liguei para lá, eu recebi os dois projetos, os assessores foram para lá mostraram, sabe qual foi a reação deles? Dentro de quarenta dias nós vamos nos reunir para discutir esses projetos, eles queriam uma semana, deram uma semana para produzir o projeto e quarenta dias...

E.P - E quarenta dias para reunir para discutir.

F.M - ... para discutir o projeto.

E.P - É.

F.M - Para discutir o projeto.

E.P - E houve essa discussão ?

F.M - Não tenho a menor ideia, apenas o que aconteceu foi que eu liguei para lá e disse “Olha, eu estou sabendo disso, não sei o que é que vocês vão fazer, a única coisa que eu quero é o seguinte, vocês me deem condições financeiras para fazer as varas itinerantes”. Eles me deram o dinheiro, me deram algum dinheiro... não foi grande coisa não, deu para comprar, para montar um esquema qualquer, sobretudo no Sul do Pará, porque não dava para outra coisa, mas no Sul do Pará onde a coisa era mais grave, nós fizemos um esquema que passou a funcionar. Ah, o juiz...

E.P - Essa ideia da itinerante?

F.M - Foi essa ideia da vara itinerante, ah, mas a ideia da vara itinerante, a minha era um pouco mais ampla, porque o que é que eu queria na vara itinerante? Eu queria que saísse o juiz do trabalho com seus funcionários, eu queria que saísse um procurador do trabalho, eu queria que saísse agentes da Polícia Federal e queria que saísse o procurador da república, e que o juiz do trabalho tivesse competência para julgar tanto a questão trabalhista como a questão criminal, que o juiz tivesse essa competência, essa, essa...

E.P - O senhor, desculpa, o senhor lutou, o senhor queria essa prerrogativa penal e o senhor queria também que se constitucionalizasse a retirada da propriedade dos empregadores escravagistas?

F.M - Ah, isso aí tem outro, isso aí foi outro projeto.

E.P - Isso foi outro projeto?

F.M - É. Então eu, eu queria fazer isso. E houve um congresso da OAB em Salvador, eu fui a esse congresso da OAB, defendi essa ideia no congresso e foi aprovada, não foi uma, uma unanimidade, mas foi aprovado por uma esmagadora maioria, que é a competência [INAUDÍVEL] para a Justiça do Trabalho. Porque o que é que eu dizia? Se você for, for esperar que o trabalhador vá prestar queixa na junta não haverá essa queixa nunca, ele nunca vai lá, reclamação trabalhista não chegará lá. Se você, além da questão trabalhista, for tratar da questão penal, você também não vai resolver, porque o juiz federal, que na hipótese seria ele, estava em dúvida se seria o juiz federal ou juiz de direito etc., vai levar tempos e tempos para julgar essa questão. O que é que o juiz do trabalho... julga na hora, julga tudo aquilo na hora, condena ou não e está resolvida a questão. É isso que eu queria. Aí houve uma reação muito forte dos juizes do trabalho, o que é que o juiz federal, sabe o quê que os juizes federais estavam fazendo? Estavam condenando em cestas básicas pelo trabalho escravo. Durante um mês dá uma cesta básica, dá uma cesta básica por mês durante um ano. Aí o que é que o empregador fazia, um ano dava doze de uma vez e ficava escravizando, quem

quisesse, escravizava quem quisesse, pouco estava ligando para cesta básica, não valia nada, uma cesta básica no interior do Pará deve ser uma besteira, é menos do que em Natal, então deixava para lá e acabou-se. É isso que estava acontecendo. Isso, eu denunciei isso também, está acontecendo isso, não pode continuar, tem de haver condenação. Recomendei a todos os juízes que dessem preferência aos processos trabalhistas que tratassem do trabalho escravo. Pedi aos presidentes de tribunais regionais que fizessem isso com vigor, o tribunal do Pará é um tribunal, mudou depois de Roberto Santos, era um tribunal um pouco reacionário, quis reagir contra o trabalho de um juiz que tem lá, que combateu muito o trabalho escravo, quis reagir, criou certa dificuldade para ele, mas depois cedeu, depois cedeu por insistência minha, porque eu fiquei em cima. Não, ele está certo, o juiz está certo e vamos fazer isso. A questão do projeto, há um senador, Ademir Andrade, que é do Pará, apresentou um projeto de confisco de terras, que fossem confiscadas as terras onde os trabalhadores estivessem sendo escravizados, como ocorre hoje com a maconha, com plantações de ervas, drogas. Ele apresentou esse projeto que foi aprovado no senado, o senado aprovou, acho que aprovou isso a toque de caixa e sem perceber bem o que estava aprovando e aprovou e mandou para câmara, quando eu assumi a presidência estava o projeto na câmara, parado. Eu acho que, se a questão do trabalho escravo é uma questão, no fundo, é uma questão econômica, porque uma questão de barateamento de mão-de-obra, isso tudo mais para convicção internacional etc, se a questão é essa, das madeireiras e de outros mais, se a questão é essa, a luta tem de ser também no plano econômico, o combate tem de ser travado também no plano econômico e esse projeto servia essa finalidade, não é. Aí me disseram que estava parado, eu fiz um ofício para o presidente da câmara que na época era Aécio Neves, fiz um ofício para ele pedindo para colocar o processo em pauta, que era fundamental explicando e tal, ele não me deu nem resposta, mas o jornal do senado soube que eu tinha feito isso e publicou em manchete meu ofício, o texto do meu ofício deu a manchete, aquele jornal que o senado publica.

E.P - Aí ele teve que...

F.M - Aí ele ficou um pouco mais abalado, “Não, eu vou tomar uma providência” e nunca tomou. Deu João Paulo Cunha, eu renovei mas aí já não foi por ofício, eu fui lá, disse a ele “Deputado tem aqui um ofício”. Ele disse “Não, vamos botar isso para frente, isso tem que

ser resolvido”. Disse que ia resolver, o fato é que o projeto teve quase para ser votado há pouco tempo, ser votado de novo na câmara, pediram visto, fizeram lá as ponderações, acabou o projeto. É difícil.

E.P - Com o João Paulo Cunha?

F.M - Não, sim, com o João Paulo Cunha na presidência, mas não foi ele [INAUDÍVEL], foi a câmara mesmo.

E.P - Não foi ele?

F.M - Não, foi a câmara mesmo que sepultou o processo de novo, o projeto, criando série, uma série de dificuldades. Eu sei que o projeto pode criar também outras dificuldades, porque se você, o confisco de terras não é, é um negócio difícil você fazer, o direito de propriedade, não é, invade uma área delicada que é o direito de propriedade, invade essa área, então o juiz pode dizer isso é trabalho escravo e não ser trabalho escravo, porque trabalho escravo não é mera inadimplência trabalhista, não configura trabalho escravo, não é, pode até, no fundo, no fundo, ser um trabalho escravizador, mas não é um trabalho escravo. O trabalho escravo é outro, é o que priva sobretudo a liberdade, é a privação da liberdade, não é, esse é, fundamentalmente, o trabalho escravo. Daí que isso tem de ser levado em conta pelo juiz quando sentencia, ele tem que saber se o empregador, o empregado, está ou não com sua liberdade, não é, constrangida. É isso que eles fazem, eles levam para lá e não deixam sair que tem gente armada e eu acho que quando sai eles matam, como aconteceu com esse exemplo dado pela Pastoral da Terra, Frei Henry deu, de ossadas humanas na, na proximidade de fazendas que escravizavam, acho que eles matam mesmo. Aí é o trabalho escravo típico, é isso que tem que ser combatido, mas nós tivemos muitas questões nós tivemos muitas questões, muitas questões, eu fui procurado por grandes empresas acusadas de trabalho escravo, procuraram para explicar, aí eu comecei a sentir que a campanha estava dando certo, não é.

E.P - É.

F.M - Elas iam me explicar, eu disse “Não, olhe, não queremos nada disso”. “Mas nós vamos corrigir isso é um defeito [INAUDÍVEL]”. “Vocês corrigindo está ótimo, é a melhor solução para mim é essa, que vocês corrijam”. Aí eles prometiam, isso, a Estrela, a fábrica Estrela, não é. Em Minas Gerais, acho que é em Minas, foi Belo Horizonte, foi lá me procurar para dizer isso, eu disse “Olhe, a melhor coisa que pode acontecer, porque vocês escravizaram trabalhadores, é que vocês corrijam definitivamente, é a melhor coisa que pode acontecer, não é botar vocês na cadeia nem tomar seu dinheiro não, é isso, acabar, que esse é o nosso propósito”. E parece que eles corrigiram mesmo não é, eu assinei, assinaram um protocolo comigo e cumpriram.

E.P - Houve prisões?

F.M - Sim, prisões, prisões, nós tivemos prisões.

E.P - Isso que, mais Pará?

F.M - No Pará

E.P - No Pará fundamentalmente.

F.M - No Pará somente no Pará, e tivemos grandes assassinatos em Minas não é, em Unai, em Minas, mataram os fiscais de trabalho que estavam fazendo esse trabalho, essa coisa, faziam parte dessa tarefa, esse grupo de tarefa e que, é uma coisa, olha, é um negócio que a gente fica, um país em pleno século vinte e um isso, existir isso, agora existe em São Paulo, existe no Rio de Janeiro, existe no, no Brasil Central, existe em Minas Gerais, não é, existe no Rio Grande do Sul, com a incidência maior na mata amazônica porque é mais propícia para isso, por conta dessa, dessa coisa de você não ter acesso aos caminhos que levam a liberdade.

E.P - Por isso que, por isso que a justiça itinerante seria importante, não é?

F.M - Exatamente.

E.P - Você podia alcançar minimamente, não é.

F.M - São Paulo foi constatada lavanderias escravizando trabalhadores bolivianos, não davam nada, os caras ficavam lá, não tinha nada, não tinha direito a nada, deitado no chão.

E.P - “Senão te entrego à polícia, digo que você é ilegal”.

F.M - Isso aí, vou embora, boto você para fora, você vai para a cadeia. [INAUDÍVEL] da imigração. E, essa confusão toda que eles faziam o camarada seguia, isso em toda parte existe, é extremo em Minas Gerais. Rio Grande do Sul é uma cidadezinha típica, que eu esqueço o nome, que fazia isso constantemente, no Rio Grande do Sul.

E.P - A sua avaliação é que, enfim?

F.M - Não, eu acho o seguinte.

E.P - O senhor acha o que? Que...

F.M - Eu acho o seguinte.

E.P - Diminuir não diminuiu, ainda?

F.M - Não, eu acho que diminuiu, sim. Por que é que diminuiu? Porque no Brasil existe uma coisa que é, é incrível, mas é uma verdade, as questões sociais do Brasil não são levadas a sério, parece que nós entramos naquele tempo em que o presidente dizia “a questão social é uma questão de polícia, bota polícia que ela resolve”, mas quando você consegue politizar a questão, aí tudo ganha, ganha espaço, aí a luta começa a ser vitoriosa, e foi o que aconteceu, nós conseguimos politizar a questão do combate ao trabalho escravo, depois de politizada acabou-se, ninguém ...

E.P - Aí a própria sociedade começa...

F.M - Exatamente, ninguém hoje tem coragem de dizer que escraviza, todo mundo tem medo dessa coisa, quando apareceu na fazenda de Inocêncio de Oliveira ele deu um pulo, não é.

E.P - É.

F.M - Deu um pulo e ainda hoje é constrangido por conta disso.

R.M - É verdade

F.M - Ainda é constrangido, ele fica ali meio encabulado, salta um camarada ali e diz Inocêncio escraviza trabalhador e está lá o laudo.

E.P - É.

F.M - Do Ministério do Trabalho, dos fiscais do ministério do trabalho, não tem jeito, quer dizer, então não querem. É bem diferente da questão do trabalho infantil, eu digo sempre isso. Por que é que é diferente da questão do trabalho infantil? Aqui no Nordeste, por exemplo, nós temos os chamados [INAUDÍVEL] de família, é, são comum em todas as famílias nordestinas.

E.P - É.

F.M - Eles não são exatamente escravizados, eles ficam aqui, são, ficam na casa, como cria da casa, recebem educação no mesmo colégio dos filhos da gente, [INAUDÍVEL] educação, vão para o cinema como os filhos da gente vão, acompanham para o teatro, acompanham para o parque, para todo canto eles vão, para praia, para toda parte, mas eles têm tarefas domésticas, então é, é muito diferente na cultura, isso sim, está impregnado na cultura brasileira não é, só no nordeste, mas sobretudo no nordeste, está impregnado na cultura. É um erro? É, porque mesmo com essas pequenas tarefas domésticas eles se desviam da educação e do lazer, que deve ser o que uma criança pode fazer até hoje, eles se desviam, é um erro, mas

é um erro que muita gente assume e não tem medo dizer que tem um [INAUDÍVEL] de família em casa.

E.P - Diferente do trabalho escravo hoje, não é?

F.M - Bem diferente do trabalho escravo, o clamor público contra o trabalho escravo hoje é enorme, porque está politizada a questão.

E.P - É.

F.M - Então o clamor público é enorme contra o trabalho escravo, ninguém se aventura a defender o trabalho escravo, mas há quem se aventura a dizer “Mas aqui é de família ele tem tudo, o que é que tem que ele preste, tenha algumas tarefas domésticas”, tem gente que ainda defende isso.

E.P - Doutor Fausto, como é que isso ficou tão abafado, até tão recentemente, não é?

F.M - Muito abafado.

E.P - Muito incrível isso.

F.M - Olha, é o seguinte o, o Frei Henry (...) é um, é um frade que tem formação, ele é advogado, formado pela, pela Sourbone, pela Sourbone, ele veio e se embreou naquela terra, e como todo missionário, o brasileiro olha o missionário assim de lado, com um certo, certo desprezo, então o trabalho passou a ser um trabalho de missionário, essa história, esse negócio de trabalho escravo é coisa de missionário. Isso não quer dizer nada, isso não existe, isso não vale nada, e na verdade valia muito, muitos brasileiros foram mortos por conta disso, sofreram terríveis constrangimentos por conta disso. Eu acho que Viviane tem esse depoimento, tem lá, a não ser que ela tenha mandado para mim, o que aconteceu é que eu estou com todas as minhas caixas, muitas caixas fechadas, caixas e mais caixas, eu trouxe cinquenta e poucas caixas de papéis, e livros e documentos. Então, mas Viviane deve, eu

acho que não, eu acho que ela tem esse depoimento, um homem que foi escravizado menino, criança, já estava na vida adulta foi que ele conseguiu libertar-se.

E.P - Que coisa, passou a vida [INAUDÍVEL], não é.

F.M - Ele aprendeu os caminhos não é, da liberdade com muito, no correr dos anos, foi aprendendo e conseguiu libertar-se no final. Mas é uma chaga entre nós, é uma coisa, fica achando que não deve dar valor a isso, no entanto isso tem um valor enorme.

E.P - Antes de nós começarmos a entrevista é, o senhor disse que, que esse seu impulso para as mudanças tinha a ver com o contexto em que o senhor assumiu, que era um contexto muito ameaçador a Justiça do Trabalho, não é?

F.M - É, muito ameaçador.

E.P - O senhor podia falar um pouquinho mais sobre isso ?

F.M - Olha, primeiro houve esse incidente em Salvador, quando o presidente me tratou assim como alguém que estava do outro lado.

E.P - O Lula, na verdade o, o presidente eleito ainda não empossado, que é o Lula, não é?

F.M - Eleito, eleito que é o Lula, ainda não empossado. Depois eu tive no meu gabinete a visita do Vicentinho, que me disse isso claramente, que a ideia era acabar com a Justiça do Trabalho, do PT, era acabar com a Justiça do Trabalho e que não acabava porque eu estava na presidência defendendo essas ideias. Depois teve a deputada [Cléa], [Cléa], do Paraná, que também me procurou para dizer a mesma coisa, está entendendo? Vários deles me disseram isso, o pessoal, o Luiz Marinho, que hoje é ministro do trabalho, que me convidou para o congresso da CUT, eu fui, em São Paulo, a primeira vez que um presidente do TST foi a um congresso de trabalhadores não é, eu fui ao congresso da CUT, fiquei assombrado com aquilo, que é um negócio mesmo de assombrar. Marta Suplicy falou nesse congresso, eu estava sentado perto dela, ela na tribuna aqui eu não ouvia nada, porque vaiavam Marta o

tempo todo, e com os cartazes “Vai procurar o seu marido”, “Vai não sei o quê”, “Vai...”, coisas desse tipo, coisas desse tipo, eu “valha-me minha Nossa Senhora, o que é que eu estou fazendo aqui?” [risos]. Então eu fiquei sentado entre Berzoini, que era, Berzoini, que era ministro da previdência na época e o Meneguelli, que era, que é deputado, não é. Fiquei sentado entre os dois na mesa principal, e eu disse “Eu não quero falar, eu não quero dizer nada”. Eu via todo mundo sendo vaiado, eu quero lá falar. O TST contando “Não, o senhor vai, o senhor vai falar”, que era aquele menino que hoje, hoje tá na presidência de novo, está respondendo pela presidência, aquele barbado, está respondendo pela presidência da CUT não me recordo agora o nome dele, um professor. Aí eu me levantei, fui lá falar e fui aplaudido no meio do discurso, no fim, o tempo todo, quando eu voltei aí Berzoini disse “É muito danado o presidente do TST, o TST faz o que quer, o presidente vem aqui e é aplaudido”. E ele ainda é vaiado, que ele foi vaiado demais.

E.P - Imagino.

F.M - Ele estava com o negócio da previdência, não é.

E.P - Da reforma, é.

F.M - Então foi vaiado por todo canto, vaiado demais, não é. [risos]É uma...Eu me lembrei de uma frase de um professor nosso, professor de direito constitucional que era um grande sujeito, Edgar Barbosa, ele é um intelectual perfeito, não é, tem uma redação primorosa, é um estilista, excelente estilista, e que numa conferência que ele fez na faculdade de Direito para a gente ele dizia que, eu não me recordo bem agora eu estou, estou, eu estou atrapalhado, ele dizia que, que a civilização ocidental aprendeu com os romanos, aprendeu o Direito com os romanos, não é, aprendeu o Direito com os romanos e com os bárbaros ele aprendeu a liberdade, o sentimento de liberdade. E eu disse lá, eu me lembrei disso, e disse lá no discurso, não repetindo essa coisa, eu disse que, que eu tinha comparecido a vários congressos de juízes, e tinha aprendido com ele o Direito do Trabalho, congresso de estudantes que eu tinha aprendido todas as questões nacionais, [INAUDÍVEL] o problema, os problemas nacionais e com eles ali eu estava aprendendo a liberdade, que ele era um bárbaro, mas eu não disse que era isso não, mas que era um bárbaro eu...[risos]

R.M - Mas lembrou, não é?!

F.M - Eu lembrei.

E.P - Vaiando todo mundo.

F.M - Nossa senhora era uma coisa impressionante...

[FINAL DA FITA 2-B]¹³

F.M - A gente, na verdade, na verdade, eu tomei essa posição, primeiro, porque o tribunal do Recife me ensinou isso, não é, eu fui levado a isso pelo tribunal do Recife. Os graves problemas sociais da Zona da Mata pernambucana, problemas muito sérios que eu conhecia, porque fui juiz em Escada e conhecia. Em segundo lugar, porque eu precisava salvar a Justiça do Trabalho, que estava muito ameaçada, mas muito ameaçada mesmo, eu achava, eu confesso, que tinha quase certeza de que seria extinta.

E.P - É mesmo doutor Fausto?

F.M - Eu tinha quase certeza. Nós fomos a Fernando Henrique Cardoso naquela, [INAUDÍVEL] projeto pelo Aloísio Nunes, extinguindo a Justiça do Trabalho na reforma do judiciário, e nós fomos ao presidente, ao presidente, que era o Fernando Henrique Cardoso e lá, conversando com ele, fui eu, Wagner Pimenta e o José Luiz de Vasconcelos. José Luiz morreu, Wagner está vivo, José Luiz era de São Paulo. E a gente conversando com o presidente ele nos recebeu no Alvorada, e lá para as tantas eu disse “Presidente, o ... Se extinguir a Justiça do Trabalho, pessoalmente eu não terei nenhum prejuízo, os meus colegas de ministros também não terão, porque nós vamos compor o Superior Tribunal de Justiça, era esse o projeto, então nós vamos fazer parte de um tribunal muito mais forte, de um mega tribunal, de competência para tudo que você pode imaginar nesse país, será um grande tribunal, mas a questão não é essa, a questão é que nós somos vocacionados pela Justiça do

¹³ A fita 2-B não foi gravada integralmente.

Trabalho, o orgulho que nós temos é esse, ou seja, nós somos juízes do trabalho e temos orgulho disso”. E o presidente foi cem por cento conosco, como faziam a justiça, não é, ele disse “Não, pode ficar tranquilo que não vai ser assim, e que haverá um pronunciamento do governo a respeito disso”. Três dias depois ligaram do Palácio do Planalto dizendo que nós ouvíssemos a entrevista que ia ser dada pelo ministro... quem era o ministro na época que deu a entrevista? Acho que era o Dornelles que era o ministro dele, que ia dar uma entrevista sobre esse assunto e deu defendendo a Justiça do Trabalho, foi ótimo, passou não é, eu acho fundamental. O meu interesse era esse, na presidência.

E.P - Aí o Aloísio Nunes. ...

F.M - Retirou o projeto, retirou a proposta dele.

E.P - E aí a Zulaiê assume.

F.M - Zulaiê assume e apresenta outro projeto, mas eu nem sei se foi, não foi ela não, no fim foi de José Jorge, não é, José Jorge de Pernambuco, senador José Jorge, fez o relator, a Zulaiê assumiu, foi lá, Zulaiê é uma pessoa muito, uma mulher...

E.P - A Zulaiê.

F.M - ...altamente inteligente.

E.P - Defendeu, não é, a justiça?

F.M - Defendeu a justiça do trabalho, muito independente, muito inteligente.

E.P - Ela é advogada trabalhista, não é?

F.M - Eu nem sei, mas eu acho que ela tem alguma coisa.

E.P - Alguma ligação.

F.M - Ela nos recebeu muito bem ela, nós fizemos várias propostas, ela aceitou muitas delas, outras não, e também nós pedimos mais um pouco não é, tínhamos que pedir mais alguma coisa senão...

E.P - Mais. Mas apesar disso tudo, na sua avaliação, é... o governo Fernando Henrique, na verdade, foi um grande ameaçador, do...

F.M - Ameaçou sim.

E.P -...Da Justiça do Trabalho, dos direitos do trabalho?

F.M - Ameaçou, ameaçou através do Aloísio Nunes, não é. [Abrassou] com dois, dois exemplos que eu considero marcantes na vida trabalhista do país, primeiro a flexibilização, aquele projeto que flexibilizava extremadamente, não é, praticamente acabava com a lei trabalhista. Nós não temos uma cultura de negociação.

E.P - Isso o senhor diz o negociado...

F.M - Negociado sobre o legislado

E.P -...Sobre o legislado?

F.M - Nós não temos uma cultura de negociação, não temos mesmo essa cultura, nossa cultura não é essa, nós temos, nossa cultura é do direito legislado, direito que está no papel e a gente segue aquela coisa, interpretando de uma maneira ou de outra, mas interpretando o direito que está lá escrito. Em segundo lugar, ameaçou porque um correligionário dele, que foi inclusive ministro da justiça dele, ministro da justiça, eu acho que foi, foi logo depois, apresenta esse projeto de extinção da Justiça do Trabalho, eu acho que isso foi uma ameaça que pesou muito contra a Justiça do Trabalho, não é, pesou demais, eu vi a coisa assim um pouco atrapalhada. Quando Lula assumiu foi pior.

E.P - Mas Lula arquivou o negociado sobre o legislado, não é?

F.M - Ah, sim, isso aí sim, isso aí ele não podia, porque o PT todo ficou contra, isso aí ele não podia levar a frente, não é, em hipótese nenhuma, não podia levar a frente. Mas o problema do Lula é outro, o problema do Lula é que ele tinha, ele participou daquelas lutas sindicais, lá dentro do TST, perdendo sempre por conta desse TST que tinha uma formação intelectual, ideológica, completamente diferente da que tem hoje. Aí ele, ele se revoltava [INAUDÍVEL].

E.P - Acho que ele não conseguiu dissociar, não é?

F.M - Pois é, ele não conseguiu. O Vicentinho me disse isso, nós não tolerávamos o TST. Então, era uma coisa terrível para nós, não é, eles vão acabar mesmo e partimos para luta, não é, vamos lutar, vamos tentar fazer alguma coisa. Fizemos. Eu acho que a Justiça do Trabalho hoje está salva, não tem mais problemas não, ela vai durar mais algum tempo.

E.P - E as medidas de Fernando Henrique, as outras, as medidas de, de banco de horas, é, contrato temporário?

F.M - Não, aquilo também atrapalha um pouco. Eu acho que banco de horas é um negócio que deve acabar. Não considero uma boa solução, eu acho, essa coisa do contrato temporário, ele também quis mexer muito, não é, e o problema do Fernando Henrique é, que ele traz a política neoliberal para todo o campo de atividades no Brasil, seja no Direito, na economia, em qualquer lugar, ele está, ele traz isso, ele pensa que isso está certo. Ele é um intelectual que eu respeito, todos nós respeitamos, ele é um homem, de fato, intelectual de muito valor, mas, infelizmente, ele é muito, tudo que ele faz é muito dirigido, está muito dirigido, politicamente dirigido, e isso aí é que é uma ameaça, pode ser uma ameaça maior do que a de Lula, não é, que Lula faz por, por pirraça, Lula faz por pirraça, porque não gostava do antigo TST, tinha seus motivos, é possível, mas não gostava, é por isso que ele faz, mas Fernando Henrique não, Fernando Henrique faz por outros motivos, motivos ideológicos, não é, ele sabe o que está fazendo, muito bem.

E.P - Mais foi derrotado, não é, pela sua avaliação, foi derrotado.

F.M - Eu acho.

E.P - A justiça agora está firme.

F.M - Não, é isso que eu acho, está firme demais, a Justiça do Trabalho hoje tem uma competência mais ampla, bem, muito ampliada, está muito ampliada com o modelo [INAUDÍVEL].

E.P - Ah, fale um pouco sobre isso, o senhor acha que...

F.M - Não, eu não queria falar.

E.P -...Que é só positivo?

F.M - Eu acho muito boa...

E.P - A ampliação da competência é só positivo? É?

F.M - Acho, acho bom sim, há muita coisa que a gente ficava numa situação muito difícil, você pegar um processo trabalhista com direitos que não, ainda que não fossem trabalhistas, mas direito a salário, direito a isso, aquilo outro, direito a resto de [INAUDÍVEL] de empreitada ou qualquer, pequena empreitada a gente ainda fazia, tinha competência, o resto não. Aí você vê, esse processo nós julgaríamos perfeitamente, saberíamos a decisão para dar, sabemos qual decisão vamos dar nesse processo, mas não temos competência, porque não há relação de emprego. Aí simplesmente a gente vai, por uma preliminar a gente mata o processo. Não, a Justiça do Trabalho é incompetente, não há, não há relação de emprego, não é. Ele, ele é carecedor do direito de ação, essa incompetência deu confusão, ele é carecedor de direito de ação na Justiça do Trabalho e com isso a gente matava a questão, isso era ruim, era ruim era, hoje a Justiça do Trabalho tem competência para tudo, para toda essa matéria trabalhista, tudo que diga direito ao Direito do Trabalho, a Justiça do Trabalho tem

competência. É muito bom, maravilhoso demais, o campo de atuação da Justiça do Trabalho é muito grande hoje, e válido, eu acho tudo isso muito válido.

R.M - Eu queria fazer uma perguntinha, é, voltando lá atrás, quer dizer, o senhor é, eu li em um dos seus textos, e li até na internet, que o senhor afirma que nos anos da ditadura a Justiça do Trabalho teve um papel muito importante, porque era o único, a única instituição, o único recurso de que os trabalhadores dispunham e tinha acesso...

F.M - Eu acho sim, exatamente, não tenha nenhuma dúvida, e lhe digo porque, [INAUDÍVEL] o exemplo que eu lhe citei de Escada, não é.

R.M - É, é.

F.M - Eu lhe citei o exemplo de Escada, onde todo mundo estava pressionado pelas forças militares, até os políticos estavam pressionados por isso, para fazer essa execução contra a usina, que seria a primeira execução da junta de Escada quer dizer, não era um problema só da revolução, um problema endêmico, vinha lá de trás, para fazer a primeira execução pedi força policial ao estado, ele não deu, o estado não deu, negou força policial para acompanhar o oficial de justiça, e foram recebidos à bala, ele não deu, daí que eu mandei penhorar no cartório, toda, toda a usina, penhora toda a usina e vende legal, vai ser um escândalo mas eu vendo, eu vendo, faço qualquer coisa e vendo, faço qualquer negócio, contanto que pague o direito dos trabalhadores, não é. A pressão foi muito forte, muito forte, na época meu sogro era deputado federal, fizeram pressão em cima dele, foram atrás dele, porque o pessoal lá de Escada era também, tinha um deputado federal que representava os seus interesses e era amigo do meu sogro, e foi, foi aquela confusão, eu, eu não posso fazer nada, ele é independente, ele faz o que ele quer, essa coisa toda. Mas você vê que o ambiente era difícil, então, o único fórum que o trabalhador podia exercer o seu direito era mesmo a Justiça do Trabalho, ele exercia na Justiça do Trabalho até os seus direitos políticos, não é, tudo, ele exercia qualquer direito lá na Justiça do Trabalho. Nós recebíamos e dávamos liberdade, ele falava de igual para igual, ninguém era melhor do que ele na Justiça do Trabalho, ninguém, absolutamente ninguém, isso, eu tenho certeza que isso valeu muito, valeu muito. Aqui em Natal, eu, como juiz, em 64 eu fui, logo depois fui promovido para juiz da junta, mas eu

funcionava como substituto, ainda como substituto, aqui em Natal, eu tive problemas também, tive problemas, problemas da empresa marítima, não é, que ficou devendo dinheiro aos trabalhadores e, então, o que é que eu fazia? Eu, eu telefone, sempre que tinha um processo assim eu ligava para capitania dos portos, para na hora da penhora pedirem indicação onde estavam os barcos para penhorar o barco, fazia penhora, ou o barco, ou um mastro, um, uma, uma coisa qualquer do barco e a capitania imediatamente me respondia, o barco está em tal lugar, eu mandava o oficial sempre lá, o oficial de justiça fazia. Então, nessa questão que o barco estava aqui, quando eu fiz o ofício para capitania, a capitania avisou o empregador ele levou os barcos lá para uma cidade de Itaipu, lá na frente, Bacha..., Macharanguape, Barra de Macharanguape, levou para lá, para Barra de Macharanguape, bem distante, aí eu estou...Por que a capitania fez isso? Porque a empresa era de um almirante reformado, não é, pertencia a um almirante reformado.

R.M – É...

F.M - Pertencia a um almirante reformado. Quer dizer, isso é uma forma de coação em cima do juiz não é, você ficar de mãos atadas. Eu fiz o ofício para o juiz de direito lá da cidade do interior, que eu não tinha jurisdição lá, eu fiz um ofício pedindo para ele penhorar, uma carta para ele penhorar, ele simplesmente não me deu resposta, pressionado pelos militares.

E.P - Que isso.

F.M - Não me deu nenhuma resposta, absolutamente nenhuma resposta, aí mais uma vez eu fui arbitrário, os marinheiros disseram “Se o senhor quiser eu trago os barcos para cá”. “Pois traga” [risos]. Eles trouxeram, chegaram aqui eu penhorei. Eu penhorei, foi um bolo danado, o almirante foi bater lá na junta, não tem jeito, está penhorado tudo.

E.P – É...

F.M - O senhor... “Mas meu barco, eu preciso do meu barco!” “Pois não, o senhor pague os trabalhadores que eu dou o barco ao senhor agora mesmo, não quero nem saber do seu barco, não quero seu barco”.

E.P - Doutor Fausto isso é, isso é geral, quer dizer, o senhor, se fizesse uma avaliação, os juízes, em geral, enfrentam mesmo essas outras autoridades com coragem?

F.M - Alguns, mas eu acho que na Justiça do Trabalho a grande parte. Por que é que eu acho que a grande parte atua assim? Porque, na época, nós tivemos muitas condenações, não é, muitas condenações, [INAUDÍVEL] do poder público que nós tínhamos jurisdição com as questões dos funcionários públicos, empregados públicos, com mais empregados públicos que, que, que esse trabalho condenava muito, e sempre houve condenação. Há também os que cediam, esse que era juiz de direito lá não fez a penhora que eu pedi, o outro da junta de Escada que eu assumi, ele não fazia nada, não executava nenhum processo, não é, é aquela história de ganhou e não levou.

E.P - Trancava tudo.

F.M - Trancava tudo, não é, ganhava e não levava, o trabalhador. Então eu acho que, de fato, houve reação, não tenha dúvida nenhuma, que houve reação, uma boa reação pela Justiça do Trabalho, eu acho, não tenho dúvida nenhuma. Eu disse a Brizola, quando queriam acabar com a Justiça do Trabalho, tivemos um encontro, lá em Brasília, eu disse a ele não é, disse “Não dá para entender, nós fomos perseguidos, fomos mesmo, pressionados, na ditadura, agora, no regime democrático, querem acabar com a Justiça do Trabalho, não dá para entender.

E.P - Na verdade o senhor acha que foram dois maus momentos da Justiça do Trabalho, o período da ditadura militar e agora.

F.M - Também, também o que me revoltou mais...

E.P - Agora o governo Fernando Henrique, fundamentalmente.

F.M - É, é, sim, o também o governo Fernando Henrique...

E.P - É, Collor já [INAUDÍVEL] um pouco, não é?

F.M - Eu acho, é, eu acho que o que mais me preocupou, mais me tocou, foi a prisão de Alfredo Duarte Neto, de Recife. Era uma pessoa que eu queria muito bem, um homem que eu tenho uma admiração muito forte intelectualmente, minha admiração intelectual por ele era total, e me impressionou muito a prisão dele, saber os motivos, foi preso por que? Porque decidia muito em favor de empregados, e é duro você ver isso.

R.M - É claro.

F.M - É muito duro, e eu que estava condenando aqui, em favor do empregado, ficava pensando, vai chegar minha vez não é, chega já, já minha vez.

E.P - Está chegando perto, está chegando perto.

F.M - Está chegando perto, já está em Recife, chega já, já aqui, chega já, já aqui[risos]. Mas tem coisa demais, eu condenei uma vez uma prefeitura, Parnamirim, aqui pertinho, vizinho aqui, onde era o porto, condenei a prefeitura de Parnamirim. E, eu estava por lá quando na... eu cheguei na junta estava lá um oficial todo fardado, com revólver, com chapéu, com aquele negócio que eles usam, capacete, aqueles troços todo, discutindo com o, com o diretor da junta, que era Rui Barbosa, chamava-se Rui Barbosa e que era um homem que vinha do Ministério do Trabalho, antigo funcionário do Ministério do Trabalho, não é, e Rui ouvia calado, ele não estava, não estava nem aí, ouvia calado, aí nós [INAUDÍVEL] “Olha, o presidente chegou”, aí... “Chegou? Eu vou falar com ele”, não se abateu, quando disse “Eu vim aqui, seu presidente, porque a prefeitura de Maca... foi Macaíba ou foi Parnamirim? Foi Parnamirim. Não, foi de Macaíba, que é aqui pertinho também, a grande Natal. A prefeitura de Macaíba foi condenada. Uma professora que reclamou e eu condenei, e o processo já transitou [INAUDÍVEL] julgado [INAUDÍVEL]. “Isso não pode.” “Olha, não pode por que é que...Você é prefeito ou não? O senhor é prefeito?” “ Não, não sou o prefeito “.Quem é o prefeito?” Olhe, o exército está tomando conta. O exército tinha botado um interventor lá, disse” “Mas ele não recebeu o ofício da junta comunicando que ia haver essa, essa audiência?” “Eu não sei”. “Bom, ele deve saber, que ele recebeu, se ele recebeu e não tomou

providência é que ele é muito irresponsável, o senhor vá atrás dele, que ele é muito irresponsável, o interventor que vocês botaram lá” que era milico, milico. Pois bem, o camarada deu um murro na mesa e disse que tinha prendido o deputado federal fulano de tal, tinha prendido não sei quem e que aquela decisão não seria cumprida, foi uma confusão danada, eu dei outro murro, e disse pois não vai ser cumprida e eu vou pedir para o senhor vir aqui ficar a minha disposição para cumprir a decisão, uma confusão, um barulho terrível, um barulho terrível, quer dizer, cenas dessa natureza aconteciam no cotidiano.

R.M - É.

F.M - O presidente do tribunal de justiça aqui, recebeu um mandato de segurança, eu ia julgar um mandato de segurança contra uma decisão arbitrária aí, do governo militar, dos militares aí, e então o general aqui, comandante da guarnição, pediu uma audiência ao presidente do tribunal de justiça, o presidente do tribunal de justiça já sabendo que ele ia falar sobre esse processo, recebeu o general na presença de todos os desembargadores.

E.P – Ai, que ideia ótima.

F.M - Todos os desembargadores lá, mas ficou por lá e lá vai a conversa, vai, vem, mas o general não encontrava meios, não é.

E.P - Sem jeito, não é.

F.M - Lá pelas tantas o general encontrou uma brechinha e disse, disse o que era “Eu quero falar com o senhor a respeito do processo tal que está aqui para julgamento”. Ele disse, ele era doido, ele deu doida esse presidente do tribunal de justiça, era Homem de Siqueira, a família Homem de Siqueira é toda meio valente, aí o desembargador olhou para ele e disse “Calma, com o senhor eu discuto balística dinheiro não, ou “direito não”, eu discuto balística ...[risos]

E.P - Balística sim.

F.M - Balística eu posso discutir com o senhor, direito não, eu não admito.

E.P - Que coisa ótima.

F.M - Quer dizer, umas cenas dessa natureza que nós tivemos muito aqui em Natal, muito, muito mesmo.

E.P - E o senhor diz que era um juiz caladinho hein!

F.M - Era, mas porque eu fazia o meu trabalho.

E.P - Quem que acredita nisso? [riso]

F.M - Mas eu fazia o meu trabalho, eu não tinha o quê... fazia o meu trabalho só, não é. Eu acreditava, como acredito ainda, na Justiça do Trabalho, sempre acreditei. Eu sempre acreditei na Justiça do Trabalho então não tinha porque não fazer tudo, não enfrentar essa coisa com muita galhardia, não é.

R.M - Claro.

F.M - Não tinha porque não ser assim, felizmente.

E.P - Doutor Fausto, acho que estamos acabando, [INAUDÍVEL]um pouquinho. Uma opinião rápida sobre a proposta de reforma sindical, o que é que o senhor acha dela?

F.M - Eu sempre declarei, eu sempre declarei, quando me referi a reforma trabalhista, de um modo geral, que antes de qualquer outra reforma nós teríamos que fazer, antes de reformar a lei trabalhista nós tínhamos de reformar a parte sindical, a organização sindical que não dava certo. A organização sindical que nós temos, tem unicidade sindical, tem o imposto sindical, para mim que são dois [cancros], que estão dentro, instalados dentro dos sindicatos. Os sindicatos não são livres, eles foram criados assim, todo mundo diz, “ah, eles foram criados assim”, por isso que eles, quando os empregadores querem combater a CLT, diz, “a CLT é

uma herança fascista”, o que eles mais gostam é de fascismo, mas eles dizem assim, que sabem que o fascismo recebe o clamor público, todo mundo é contra. Porque está aí, nos sindicatos, a questão fascista. Os sindicatos atrelados ao Estado não foi uma questão fascista, uma herança fascista, muita gente diz isso, mas não foi, porque na Rússia comunista também era assim, o sindicato era atrelado ao Estado, era uma questão de poder, poder de mando, Getúlio criou o sindicato dessa maneira, Getúlio era um apaixonado pelo poder de mando, ele gostava disso, era um ditador mesmo e gostava disso, então ele fazia essas coisas. Tem de mudar? Tem de mudar. Por que é que não mudou no regime democrático que nos, no pouco tempo de regime democrático que esse país viveu de uns anos para cá, não é?

E.P - Quarenta e cinco. Ah, para cá.

F.M - É, por que é que não mudou? Não mudou porque os governos democráticos também gostavam de mandar no sindicato, atrelavam o sindicato à sua política e achavam isso muito bom, resolviam muitas questões. Uma vez eu declarei que a força sin...a social democracia, que é, uma, uma central demo... uma central, tem a CUT, tem a Força Sindical e tem a social democracia, que é do Alemão, eu declarei que essa social democracia tinha sido criada por [INAUDÍVEL] de Fernando Henrique Cardoso, deu um bolo muito grande, o Alemão me processou, entrou com um processo, quem publicou isso foi Elio Gaspari, o Elio Gaspari, é Gaspari, não é, o nome dele? O Elio Gaspari publicou essa coisa e o Alemão entrou com um processo do supremo, porque eu carregava o Elio, o supremo, a competência do supremo, contra mim por conta disso, para provar isso. Uma confusão danada que eles fizeram, esse processo eu nunca, nunca nem sequer fui notificado, acho que mandaram arquivar, chegou no supremo, algum ministro do supremo mandou arquivar, botar fora. Mas ele fez isso. Todo governo gosta de ter uma coisa dessas, os sindicatos do seu lado, todo governo gosta, porque o sindicalismo é uma, uma instituição muito forte, a gente fica dizendo a imprensa é forte, não sei o que, o sindicalismo aqui é muito, são muito fortes, a imprensa não dá presidente da república, quem dá presidente da república é o sindicato, já deu dois, deu Café Filho, o nosso conterrâneo aqui, que foi uma porcaria e depois deu o, o Lula, que está sendo, está tendo suas dificuldades aí. Muito forte todo mundo gosta. Na hora que você fizer a reforma sindical, você pode pensar na negociação, porque aí você, se você colocar o sindicato no mesmo plano do empregador, é possível manter diálogo, se um estiver acima do outro, não há dialogo, há o

exercício do poder de mando. Aí vem de lá o empregador e faz o que quer, resolve como quer. Não tinha nem dúvida de que é isso, nós temos um exemplo absurdo de distorção da função sindical, está, acontece no comércio. Todo presidente de sindicato de comerciário é gerente de loja, faz o que o empregador quer, se você fizer uma pesquisa na Justiça do Trabalho para saber quantas reclamações do setor comercial, quantas reclamações deram entrada, qualquer ano, qualquer tempo, nos, no setor proveniente do setor comercial, você vai ficar escandalizado, eles não têm reclamações do comércio, pouquíssimas reclamações, porque o presidente do sindicato sendo gerente de empresa, gerente de loja, ele atende os interesses do empregador e concilia, ou força uma coisa, força “ah, você venha cá, receba isso e está bom vai embora” e resolve o problema. Então, nós temos de ter urgentemente uma reforma sindical, uma reforma sindical, essa reforma que Lula, eu não vou entrar no mérito dessa reforma porque eu li muito pouco, eu pedi até para mandarem para mim, eu li numa época que eu estava com uns problemas de saúde e tive que viajar para São Paulo e não peguei mais nele, está aí por dentro, nunca mais li. Mas ela é carente, ela ainda não é, não é a reforma que a gente pensa não é, [INAUDÍVEL] tem que desatrear o sindicato tem que acabar [INAUDÍVEL] sindical tem de dar liberdade absoluta ao trabalhador para fazer o que quiser, para fazer o que quiser, tem que, enfim, nós temos de ter uma reforma ampla, que dê ao sindicato o status que eles têm na Alemanha, que eles têm na Itália, que ele tem, não digo nem nos Estados Unidos onde a negociação é mais forte, mas também nos Estados Unidos, nós não podemos ter o sindicato que temos aqui, infelizmente não podemos.

E.P – Para a negociação.

F.M - Não pode, nós não podemos fazer isso. Lá na França, uma professora de Direito do Trabalho que também conversou conosco, nós fomos ver a Escola da Magistratura, ela disse isso claramente “É, mas acontece que hoje o Direito do Trabalho é mais negociável”. Aqui pode ser, mas nem na França é, aqui na França não é também, e no Brasil muito menos, muito menos no Brasil.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

R.M - Nós já estamos concluindo [INAUDÍVEL]. Fala-se muito pouco, quer dizer, eu vi que num certo texto o senhor fala isso, o poder e a capacidade da Justiça do Trabalho de, o poder de arrecadação da Justiça do Trabalho, não é.

F.M - Sim, veja bem, esse foi um dos motivos que nós, nós nos apegávamos, não é um motivo assim, eu não vou dizer louvável, não foi uma atitude louvável...

E.P - Para defender, não é?

F.M - Para defender a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho deve ser defendida pelo que ela representa, pelo extraordinário papel que ela, eu digo até político, que ela prestou no contexto nacional. Mas, esse é um dos motivos que nós usávamos, porque, infelizmente, nós vivemos uma época em que a moeda vale mais do que o Direito. Então, esse é um dos motivos que nós, que nós empregávamos, nós utilizávamos, nos utilizávamos para defender a Justiça do Trabalho, a arrecadação da Justiça do Trabalho em matéria de previdenciário e uma arrecadação que pode ser muito maior ainda em matéria fiscal, de imposto de renda, especificamente o imposto de renda. A Justiça do Trabalho arrecada hoje somas enormes nessas duas áreas, somente na previdência e vai arrecadar também no imposto de renda, não é, está se preparando para isso, arrecada somas enormes. Esse foi um dos elementos de convicção, também, um dos elementos de convicção. Nós somos... Os procuradores...

E.P - Vocês percebiam que as autoridades se sensibilizavam?

F.M - Sim, demais. Olha, eu fui pedir, eu me reuni com o ministro do planejamento, que, eu estou me esquecendo de tudo que é ministro, não recordo quem era ele.

E.P - Sabe que Brasília [INAUDÍVEL].

F.M - Eu me, eu me reuni com o ministro do planejamento e fui pedir dinheiro a ele para o prédio do tribunal que está sendo concluído em Brasília, é um prédio muito bonito e que a imprensa vai meter o pau. Mas está lá, é um prédio enorme, é um prédio enorme, eu fui pedir dinheiro para, para, para o seguinte, aí, porque, [INAUDÍVEL] acabou o dinheiro

praticamente, [contingenciamento], um bocado de coisa. Aí ele me disse “Mas eu não, eu não tenho, nós não temos de onde tirar esse dinheiro, nós não podemos fazer”. E começou uma série de dificuldades. Eu disse “Ministro, só o que nós arrecadamos na Justiça do Trabalho é mais, muito mais do que isso”. “Eles arrecadam?” “Sim”. “Eu não sabia”. Aí chama o assessor, veio o assessor e disse “Ele arrecada?” “Arrecado, sim”. “Ah, então garanta o dinheiro”. Me deram o dinheiro na hora.

R.M - Olha! Nossa!

F.M - Você vê o que é que funciona no Brasil, não adianta você apelar para qualquer coisa, a Justiça do Trabalho tem um belo papel cívico, tem um papel social.

E.P – [INAUDÍVEL] ataquei o trabalho escravo. [riso]

F.M - É, trabalho escravo. Tudo isso passa por eles e não querem nem saber, quando você fala em dinheiro eles cedem, eles são sensíveis à questão monetária, profundamente sensíveis. É uma coisa que funciona, mas funciona mesmo, funciona mesmo. O resto não funciona. Então, isso aí foi um argumento que nós tivemos, forte, para defender a Justiça do Trabalho, a arrecadação. Funciona muito bem.

E.P - Isso foi ideia sua também, isso foi ideia sua, não é, porque [INAUDÍVEL].

F.M - A regulamentação disso, mas, na verdade, a maneira como regulamentamos isso, fizemos inclusive, fiz, eu assinei inclusive um acordo, um convênio, com o presidente do INSS, não é, assinei lá no meu gabinete em Brasília, solenemente, um convênio com ele para essa arrecadação. E a partir daí nós firmávamos uma situação muito boa. Eu me lembro que o presidente do Banco Central foi fazer, foi falar para o tribunal, uma audiência pública que nós fizemos lá sobre o interesse da Justiça do Trabalho, enfim, tudo era dinheiro, o Banco Central é do dinheiro. E ele ficou impressionado com os dados da arrecadação, ele não sabia que a gente arrecadava isso, eu pensei que só arrecadasse custas aqui, que custas, arrecadamos isso para a previdência, que é dinheiro muito, dinheiro muito que está sendo arrecadado. Então,

tudo isso impressiona. Aí você vê como a gente se engana às vezes com as coisas, não é. Você luta de um lado e a luta é do outro. O objetivo está do outro. [riso]

E.P - Tem que saber onde, onde aciona o quê, não é.

F.M - Onde aciona o quê, onde aciona o quê. Para ele, já que nós estamos na época de comemorações do Dom Quixote, para ele toda a nossa luta de trabalho escravo, tudo, tudo isso é quixotismo. Quixotesco demais para eles levarem em conta, não é. Eles querem o dinheiro, saber do dinheiro, o que é que tem, que proveito tem, que resultado monetário tem. É isso que está acontecendo, infelizmente.

F.M - Doutor Fausto, fala um pouquinho do “Viva Getúlio”, porque, por um lado Getúlio não é Getúlio.

R.M - É, o Getúlio.

F.M - Ah, Elisiane, vem cá.

E.P - Ah, nós queremos ver, o senhor prometeu pelo telefone que nós íamos ver.

F.M - É exatamente isso. Eu tenho meu livro aqui, “Viva Getúlio”, trouxe aí? Ah, traga aqui, dois.

R.M - Procurei muito, mas...

E.P - É, a Regina tentou.

R.M - Cheguei a ligar para a editora de [INAUDÍVEL].

F.M - Olha, o que aconteceu foi o seguinte, Brasília é uma cidade que isola a gente. Nós temos, me dê aqui, nós temos em Brasília vida, vida tribal. Nós temos em Brasília uma vida tribal, a coisa é a seguinte, você chega em Brasília e vai trabalhar no Tribunal Superior do

Trabalho, apenas como exemplo, paradigma para o que eu vou dizer, você chega lá, aí você trabalha, você convive com aquele povo o dia todinho, que a gente entra de manhã e sai de noite, almoça lá, faz tudo lá. Quando é, tem um programa para fazer, um programa social, a gente vai com [INAUDÍVEL] ministros...

E.P - Com aquelas mesmas pessoas.

F.M - ...mesmas pessoas. E você vai para o aniversário está tudo, só tem ministro do Tribunal Superior do Trabalho lá. É a mesma conversa, o mesmo papo, não muda nada, muda um pouco porque as mulheres estão presentes, nas festas de aniversário. Mas você procura se isolar, daqui a pouco está um clube do Bolinha, você fica lá, os homens tudo lá conversando a mesma coisa que conversa a vida toda no tribunal, a vida toda no tribunal. Então, muitas vezes Brasília, num fim de tarde em Brasília, num sábado ou domingo, é a coisa mais triste do mundo.

R.M – É, dá uma depressão, não é? Eu morei lá também.

F.M - Um fim de sábado em Brasília você fica louco, “mas o que é que eu vou fazer?”.

E.P - Sua família foi para lá?

F.M - Foi. Foi, mas minha mulher vinha muito para cá, mas eu tinha um filho que é juiz e morava comigo, não é, ele, a mulher e dois filhos. Então, é, o que é que vou fazer? Escrever.

R.M - Ah, que ótimo.

F.M - Vou escrever, é a única saída que eu tenho.

E.P - Aí foi lá para Areia Branca.

F.M - É, aí me lembrei, tinha me lembrado das coisas, comecei a me lembrar das coisas de Areia Branca, procurando me lembrar. Porque minha cidade é uma cidade de muita sorte,

acho que é cidade que tem vida marítima e tem muitas lendas, não é, lendas do mar, aquela coisa toda. Tudo era diferente. O pessoal aqui diz “você devia ter ficado na infância, se destacada um livro só para infância”, porque todo mundo gostou da, como [INAUDÍVEL]

E.P - Gostou dessa parte.

F.M -...da parte da infância, que é a primeira parte do livro, não é. Aí eu conto, eu conto, eu conto minha é, minha passagem, ele não é uma biografia, nada, não é uma biografia, absolutamente. Todo mundo tem vez aí, eu, eu conto essa parte e aí eu conto a parte em Natal, ainda menino, [INAUDÍVEL] estudante na admissão, no Ateneu, conto minha parte em Mossoró, depois de novo em Natal, na faculdade de direito, mais tarde no Recife e finalmente em Brasília, não é, finalmente em Brasília. Eu concluo o livro lá, conclui o livro antes de ser presidente, eu não chego na presidência do TST, não falo de presidência, a presidência do TST não existiu nesse livro, não apareceu, eu fazia isso. E, e, e tinha um sentimento muito forte, uma lembrança muito forte da minha infância. É, olha, cidade do interior é um negócio que me apaixona. Eu vivi em cidade grande, Natal, minha vida foi toda em Natal, Recife e Brasília, sempre foi minha vida, na verdade, mas a cidade do interior me apaixona. As conversas, as coisas. Em Areia Branca, na minha cidade, eu conto isso, na minha cidade de Areia Branca às cinco horas da tarde, todo mundo botava a cadeira na calçada. Aí em frente de cada casa tinha uma roda de amigos e parentes e todo mundo conversando, batendo papo, e um gritava para o outro lá do outro lado da rua, aquela coisa [riso] e a gente brincando no meio da rua, porque não tinha carro, cidade sem carro, o carro vinha aparecer muito tempo depois, a gente ficava brincando no meio da rua. Era uma beleza, uma...

[FINAL DA FITA 3-A]¹⁴

F.M – [INAUDÍVEL] Muita coisa assim... o livro é um...

E.P – Aí Viva Getúlio , o papagaio...

¹⁴ A fita 3-A não foi gravada integralmente.

F.M – Não, Getúlio era um papagaio. Porque quando eu entrei na escola de dona Ercília...

E.P – [riso] Essa história é ótima.

F.M -... na escola primária de dona Ercília, quando eu entrei na escola, era na casa dela, ela fez como eu fiz meu escritório aqui, na casa dela era a escola, na sala de visita era a escola, e lá atrás tinha um papagaio, era tempo de Getúlio Vargas, não é, 1942, plena ditadura, então o papagaio passava o dia dizendo “Viva Getúlio, Viva Getúlio, Viva Getúlio”. [risos]

R.M - O papagaio?

F.M - Era tudo que o papagaio... Ela ensinava o papagaio a dizer isso não é, ensinava o papagaio a dizer isso. Então, com aquela história toda eu fiquei com aquilo na cabeça e usei isso para mostrar também, assim, uma espécie de, essa subalternidade, não é.

E.P – [INAUDÍVEL]

R.M – É, é.

F.M - De várias pessoas, viva fulano, viva ciclano, viva ciclano, Câmara Cascudo fala no papagaio que vivava Júlio César e tal, eu me lembrei disso também, e conto toda essa história. E falo até a minha, a minha ida a Brasília, vocês têm uma caneta, têm?

R.M - Temos.

F.M - Faça, como é o seu nome?

R.M - Regina.

F.M - Regina, sim, você não lê minha letra, tem essa vantagem. [risos]

R.M - Ah, não, o senhor não conhece a minha.

F.M – Regina...

R.M - Lúcia, Regina Lúcia.

F.M - Regina Lúcia.

R.M - É pode botar aí, pronto. Francisco Fausto autografa, para nós, dois exemplares do livro “Viva Getúlio”. Mas, então o senhor entrou para Academia daqui?

E.P – O senhor entrou para a Academia...

F.M - Foi.

R.M - Ah, que bom.

E.P - “As areias brancas da memória”.

F.M - “As areias brancas da memória”. Areia Branca [INAUDÍVEL].

E.P – [INAUDÍVEL]. É.

R.M - Ficou muito bonito [INAUDÍVEL].

F.M - Mais aí é, eu fiquei, comecei a escrever a história, a minha infância, eu me lembrando das coisas e vou escrever isso. Na verdade, eu não escrevia para ninguém ler.

E.P – Sei...

F.M- Eu estava escrevendo para minha família, para mim mesmo e depois para minha família.

R.M - É.

F.M - Primeiro para mim. Há um escritor que diz isso, que a gente escreve para gente, depois a gente pensa, mas eu escrevia para mim mesmo, para eu não me esquecer das coisas, eu vou terminar ficando velho e esquecendo tudo.

R.M - É. Não, e é bom para o espírito, não é.

F.M - Eu vou escrever. Aí depois eu disse, não, eu estou escrevendo para minha família também, meus filhos, meus filhos vão ler. Aí a coisa tomou outro vulto, bom, nós vamos fazer para todo mundo aí, e foi ótimo o lançamento, eu fiz lançamento desse livro aqui em Natal, foi muito bom, em Mossoró, eu fiz, fiz em Areia Branca que é a minha cidade. Ih, Areia Branca eu vendi cem livros.

E.P - Imagina!

R.M – É...

F.M - É uma cidade de ilha, deste tamanho a cidade.

R.M - É, é, claro.

E.P – Claro! É a história da cidade.

F.M - Fiz no Recife e fiz em Brasília, lançamento dele. Então é uma coisa mais entre amigos, não é, pessoas assim.

R.M - E agora o senhor entrou para a Academia.

F.M - Aí me elegeram para a Academia.

E.P - Entrou para a Academia, nós lemos lá...

F.M – Eleziane!

E.P - Lemos a carta do Murilo Melo Filho.

F.M - É?

R.M -É, muito bonita.

E.P - Murilo, quando o Doutor Evaristo fez noventa anos, eles montaram...

F.M - Ele está aqui, o Murilo.

E.P – ...uma mesa na Academia. Está aí.

F.M - Ivan Junqueira [INAUDÍVEL].

E.P - Aí ele falou, ele falou.

F.M - Aquele livrinho dele da paixão, está aí dois, dois livrinhos daquele, aquele que [INAUDÍVEL].

E.P - Mas o senhor se tornou escritor, não é?

F.M - Não.

E.P - Diz que não, mas se tornou.[riso]

F.M - Eu não tenho a vida ganha para ser escritor...

E.P - Então, é, agradecendo ...

F.M - Eu sempre gostei muito de escrever.

E.P - Eu, eu queria perguntar a ele [INAUDÍVEL] merece um livro.

F.M – Vou dar dois livros, mas não vou [oferecer] mais não, vou só autografar, viu.

R.M - Ah, está bem.

E.P - Repita, por favor, os mossoroenses antes da Princesa Isabel...

F.M - Antes da Princesa Isabel, da Lei Áurea, eles aboliram os escravos, lá em Mossoró, aboliram os escravos. Eu conto essa história nesse meu livro “O Vinho Negro da Paixão”. A abolição da escravatura, aqui, tem um lado poético, claro, tem um lado poético, está em Castro Alves, está em outros, mas, então, falo na, nisso, com muito senso poético, não é, muita sensibilidade, muito sentimento. Mas na verdade foi um movimento de natureza econômica. Por quê? Porque a seca de 1877, que é famosa no nordeste, destruiu tudo no nordeste, os fazendeiros começaram então a vender o gado, venderam tudo que é gado, depois começaram a vender escravos, aí venderam todos os escravos para, para São Paulo, e terminaram vendendo as terras, que não deu mais certo, um desastre total. Então, o que aconteceu, ficou São Paulo com o trabalho escravo e os fazendeiros aqui, os que herdaram as fazendas, que tomaram conta, pagando trabalhador salariano, não é, aqui é salariano. Eles tinham de acabar com a escravidão [risos], para poder igualar as coisas, e igualou, eu conto isso no livro, igualou por lá, igualou. A primeira parte desse livrinho é histórica, a segunda parte é mais poesia, não é. Ele é, ele foi, ele foi, ele tem uma, uma, uma umas coisas do, a ilustração de um grande [Dorian Jor], [Dorian Gray], que é o grande pintor da terra, se vocês tivessem aqui amanhã eu ia chamar para Academia de Letras onde ele vai fazer uma exposição...

R.M – Ah, que pena!

F.M -... e Ivan Junqueira logo depois vai fazer, que é o presidente da Academia Brasileira...

R.M - É, é.

F.M - ...vai fazer uma palestra. Na segunda parte desse livro, então, eu trato mais da poesia, não é. Já cito muitas poesias, cito poetas negros, não é, do Congo e de toda parte.

E.P - Então é um livro sobre a escravidão?

F.M - Sobre a escravidão. Eu fiz esse livro...

E.P - Olha só.

F.M - Eu, eu, eu fiz...

E.P - E esse livro é de quando?

F.M - Ah, esse aqui eu fiz... Olha, a edição dele, eu nem me lembro quando foi editado.

E.P - Ou seja, muito antes da luta contra o trabalho escravo?

F.M - Ah, sim, bem antes.

E.P - Veja só.

F.M - Bem antes. Esse foi de 98, a luta do trabalho escravo foi em 2002, não é, 98, a edição, mas o trabalho dele é muito antes de 98. Eu fui chamado pelos mossoroenses para fazer uma palestra sobre a libertação dos escravos, ele sempre convive com a pessoa, que é realizada na sessão magna da maçonaria que teve uma influência muito grande na libertação. Então eu fiz essa palestra e aí deixei aqui, meu sogro, Djalma Marinho, na época que ele era vivo, ele leu e achou “Você tem de publicar isso”, eu “Está bom, deixa aí que um dia eu publico”, esqueci. Eu estava em Brasília, quando me lembrei dessa palestra eu mandei buscar, estava lá, aí vou publicar esse negócio, aí publiquei, 1998, esse livretinho. Mas eu gosto muito mais do que desse, apesar desse ter mais minha alma, não é.

E.P - É claro, claro.

R.M – Claro...

F.M - Esse está, a minha alma está mais aí do que naquele.

E.P - Agora, Viva Aquele Ge... Viva Getúlio, e Getúlio, merece viva?

F.M -Mas eu não estou vivendo Getúlio.

E.P - Eu sei.

F.M - Eu estou dizendo que é um exemplo, eu estou dizendo, estou dando como exemplo de subalternidade, não é.

E.P - Eu sei, eu entendo. Eu sei, eu entendi.

F.M - A subalternidade das pessoas diante do poder, sempre é assim. Aí o Viva Getúlio...

E.P - É por causa disso.

F.M - ...tem mais ou menos essa relação, não é, essa relação. Mas o ...

E.P - Porque Getúlio a gente tem...

F.M - Meu avô participou, meu avô, esse que foi, que fez a greve, também participou da libertação.

E.P - É?

F.M - Eu cito nesse livrinho aí, cito nos, aliás, cito nesse livrinho e nesse outro grande.

E.P - Nesse outro também.

F.M - Eu cito nos dois, que ele baixou, ele era prático da Barra de Mossoró, em Areia Branca, onde os navios chegavam com uma, com os escravos negros, não é, e ele então baixou um decreto, uma lei que ele fez, somente ele fez a lei, a lei era assim: “artigo 1º e sem parágrafos. Fica proibido o tráfico de escravos pelo porto de Areia Branca.”[risos]

E.P - Ai que coisa ótima.

F.M - Ele fez essa lei, foi a lei que ele fez e cumpriu, fez e cumpriu. Não tem mais escravos pelo porto de jeito nenhum, ele não permitia, não admitia. É ótimo, tem umas coisas ótimas não é.

R.M – Pois é doutor Fausto, obrigada.

E.P - Muito obrigada foi uma linda entrevista, dava um livro também, muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]